

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO
TEOLOGIA

Lucas Honório da Cunha

Sacramento da Penitência:
O olhar misericordioso do Papa Francisco para a conversão e reconciliação
com Deus

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

São Paulo
2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Lucas Honório da Cunha

**Sacramento da Penitência:
O olhar misericordioso do Papa Francisco para a conversão e reconciliação
com Deus**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade Nossa Senhora da Assunção, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia, sob orientação do Prof. Dr. Pe. Sidnei Fernandes Lima.

**São Paulo
2023**

“Misericordias Domini in aeternum catabo”

Psalmus 88

Dedico este trabalho a Trindade Beatíssima, e a Virgem Maria, invocada sob o título de Nossa Senhora de Lourdes.

Ao Romano Pontífice, Francisco.

Aos meus pais André e Andrea.

Ao meu Bispo Dom Frei João Bosco Barbosa de Souza, OFM.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço primeiramente a Deus, Uno e Trino, pelo dom da vida e das capacidades que me foram dadas para completar este projeto. Aos meus pais, aos meus irmãos e amigos, que me apoiaram incondicionalmente em todas as fases do meu processo vocacional, oferecendo seu amor, suas palavras de incentivo.

Agradeço a Igreja particular de Osasco na pessoa de seu Bispo Diocesano Dom Frei João Bosco Barbosa de Souza, OFM, que me recebeu no Seminário Diocesano e vem me acompanhando com zelo paternal. Aos meus formadores, Reverendíssimos Pe. Vagner João Pacheco de Moraes e Pe. Dr Gilvan Leite de Araújo que contribuem na minha formação na configuração do Bom Pastor.

Também sou grato aos meus professores da PUC-SP na pessoa do meu orientador Prof. Dr. Pe. Sidnei Fernandes Lima, agradeço pela orientação, sabedoria e experiência transmitida, além do incentivo e feedback valiosos que me proporcionaram durante a execução deste trabalho. Adicionalmente, reconheço a importância das fontes consultadas, que enriqueceram a documentação científica apresentada.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que contribuíram diretamente para a realização deste trabalho, meus irmãos de seminário os seminaristas Adriano, Augusto, Danilo, Henrique, Marcondes, Rafael e Victor. Sem esse apoio e amparo, esse resultado não seria possível.

Muito obrigado a todos que me acompanham nesta jornada, e espero poder retribuir da melhor forma possível no futuro próximo.

RESUMO

Neste trabalho, iremos tratar sobre o Sacramento da Penitência ou Confissão como sinal da misericórdia de Deus. No primeiro capítulo, faremos um breve apanhado de passagens bíblicas sobre pecado, perdão e misericórdia. Com efeito, a Sagrada Escritura, Palavra de Deus revelada aos homens, nos dará os fundamentos necessários para entendermos esses conceitos, uma vez que é dessa fonte que o Sacramento da Penitência encontra suas raízes. No segundo capítulo, para conhecimento geral, estudaremos o desenvolvimento histórico desse sacramento, ou seja, analisaremos sua aplicação a partir das primeiras comunidades cristãs, sua ligação necessária com o Sacramento do Batismo, até o sínodo de 1983 convocado pelo Papa João Paulo II sobre “a Reconciliação e a Penitência na missão da Igreja”. Finalmente, no terceiro capítulo, considerando o desenvolvimento histórico da Confissão que propomos no segundo capítulo, recorreremos ao Papa Francisco, certos de que suas palavras nos darão novas luzes acerca desse sacramento, propondo, não obstante, a possibilidade de uma leitura mais condizente com as necessidades do mundo de hoje.

Palavras-chaves: Sacramento, penitência, pecado, perdão, misericórdia, Papa Francisco

ABSTRACT

In this work we will deal with the Sacrament of Penance as a sign of God's mercy. In the first chapter we will make a brief overview of biblical passages about sin, forgiveness, reconciliation, and mercy, given that this Sacrament has roots in the Holy Scriptures, and it is the revealed Word of God to men will be fundamental to understanding these concepts. In the second chapter we will seek to analyze for our general knowledge how the first Christian communities understood and practiced these concepts from the idea of the Sacrament and how the historical development of this Sacrament took place, ending with the synod of 1983 convened by Pope John Paul II on "Reconciliation and Penitence in the Mission of the Church". In the third chapter we intend to consider the possibility of a new reading of the Sacrament of Penance from a perspective of mercy, especially in the Pontificate of Pope Francis.

LISTA DE SIGLAS

CIC	Catecismo da Igreja Católica
AT	Antigo Testamento
NT	Novo Testamento
CVII	Concílio Vaticano II
AG	<i>Ad Gentes</i>
DM	<i>Dives Misericordia</i>
EG	<i>Evangelium Gaudium</i>
GS	<i>Gaudium et Spes</i>
LG	<i>Lumen Gentium</i>
MM	<i>Misericordia et misera</i>
MV	<i>Misericordiae Vultus</i>
SC	<i>Sacrosanctum Concilium</i>
UR	<i>Unitatis Redintegratio</i>
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
CELAM	Conferência Eclesiástica Latino Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I ABORDAGEM BÍBLICA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA.....	13
1.1- Fundamentos bíblicos de perdão e pecado no Antigo Testamento.....	13
1.2- Fundamentos bíblicos de perdão e pecado no Novo Testamento.....	20
1.3- O fundamento bíblico de misericórdia.....	23
1.4 - Considerações finais do capítulo.....	28
CAPÍTULO II SACRAMENTO DA PENITÊNCIA NA TRADIÇÃO E NO MAGISTÉRIO DA IGREJA.....	29
2.1- O desenvolvimento do Sacramento da Penitência.....	29
2.2- O desenvolvimento da liturgia penitencial.....	33
2.3- A penitência pública.....	37
2.4- A penitência privada.....	38
2.5- A penitência tarifada.....	39
2.6- A abordagem do Sacramento da Penitência no Concílio de Trento.....	40
2.7- A abordagem do Sacramento da Penitência no Concílio Vaticano II.....	41
2.8- A reconciliação e penitência no Sínodo de 1983.....	42
2.9- Considerações finais do capítulo.....	44
CAPÍTULO III O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E A MISERICÓRDIA NO PONTIFICADO DE FRANCISCO.....	46
3.1- O Sacramento da Penitência na vida de Jorge Mario Bergoglio.....	46
3.2- Ensino do Papa Francisco sobre o sacramento da Penitência	48
3.3- O Ano Santo da misericórdia.....	51
3.4- Considerações finais do capítulo.....	59
CONCLUSÃO.....	60
BIBLIOGRAFIA.....	63

INTRODUÇÃO

O Sacramento da Penitência, também conhecido como Sacramento da Reconciliação, é um dos setes Sacramentos da Igreja Católica. No exercício desse ato litúrgico, o batizado, arrependido de suas ações más, se apresenta diante de um sacerdote, confessando seus pecados e pedindo perdão a Deus. Durante a Confissão, o sacerdote ouve a confissão dos pecados do penitente e, em seguida, oferece conselho espiritual e orientação para ajudar o fiel a superar as tendências pecaminosas. Depois, o padre impõe uma penitência, como uma oração ou uma obra de caridade, e concede a absolvição dos pecados em nome de Deus e da Igreja.

Sua prática e desenvolvimento histórico são bastante antigos e têm sido objeto de estudos, debates e reformas ao longo dos séculos. A Reconciliação é um tema central na mensagem do evangelho de Cristo e foi enfatizada pelos apóstolos em suas cartas e ensinamentos. Levando em consideração a importância dos Sacramentos na vida da Igreja e na vida dos fiéis, pretendemos, com o presente trabalho, analisar em três capítulos e de forma sintética: o “Sacramento da Penitência/Reconciliação”, enquanto um encontro pessoal com o seu criador, Pai de misericórdia e criador de toda consolação.

O objetivo deste trabalho consiste em evidenciar o valor do Sacramento da Penitência na vida cristã. Para isso, iremos descrever o pecado e a reconciliação nas comunidades primitivas a partir do poder que foi conferido à Igreja por Jesus Cristo. “Aqueles a quem perdoastes os pecados ser-lhes-ão perdoados”. (Jo 20, 22-23). No início da Igreja, a confissão individual dos pecados era feita publicamente na assembleia dos fiéis, mas com o passar do tempo essa prática foi sendo substituída pela confissão privada ao confessor. A prática da penitência auricular (ou seja, a confissão ao ouvido), foi introduzida na Igreja a partir do século XII. A partir daí, a Igreja começou a enfatizar a relevância desse sacramento como um meio de obter o perdão divino. Já no final do século XVI, a reforma protestante questionou sua prática, fazendo com que o Concílio de Trento (1545-1563), como resposta, reformulasse a doutrina da Confissão, enfatizando a necessidade do penitente ter um arrependimento sincero, confessar os pecados ao confessor, receber a absolvição e ter a satisfação mediante as obras de amor ao próximo, doutrina essa necessária para obter o perdão de Deus.

Esse tema será retomado novamente no grande Concílio Vaticano II, onde o Sacramento da Penitência será mencionado em diversos documentos, especialmente na Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen gentium* e na Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo

moderno *Gaudium et Spes*. Esses documentos reconhecem a importância deste sacramento como um meio de reconciliação com Deus e com a comunidade cristã.

A *Lumen Gentium* enfatiza que aqueles que se aproximam deste Sacramento recebem a misericórdia divina e são reconciliados com Deus e com a Igreja. (LG, nº 9). Na *Gaudium et Spes*, o Sacramento da Penitência é mencionado como uma forma de se alcançar a paz interior, a união com Deus e a reconciliação com a comunidade cristã. O documento afirma que “o Sacramento da Penitência é o meio ordinário para a reconciliação com Deus e com a Igreja, e é necessário para a salvação daqueles que caíram em pecado após o Batismo”. (GS, nº 67).

O CVII também enfatiza a importância desse sacramento como um meio de promover a paz na sociedade. Através da confissão dos pecados e da aceitação da misericórdia de Deus, conceito que será muito caro para o Papa Francisco e iremos desenvolver melhor no terceiro capítulo.

O pecado ainda que seja, essencialmente, uma transgressão a Deus, reflete suas consequências no próprio indivíduo e na sociedade como um todo. No primeiro capítulo, veremos essas consequências, percorrendo o drama entre pecado e perdão, do Antigo ao Novo Testamento, bem como a aplicação da Misericórdia de Deus, suas condições e a disposição que deve ter o fiel para que receba os frutos desse sacramento.

No segundo capítulo veremos, de breve e geral, o desenvolvimento da Confissão ao longo dos séculos. A Reconciliação, desde o início da era cristã, é vista como um processo de restauração de relacionamentos rompidos para com Deus e, consequentemente, para a comunidade cristã como um todo. No entanto, sua aplicação sempre foi um desafio, precisando de convenções para as necessidades de cada tempo. Desse modo, veremos as diferentes aplicações desse sacramento durante a história da Igreja. Ademais, analisaremos o papel da Teologia para a formulação de conceitos que nos ajudam a entender melhor a eficiência da Confissão e sua natureza.

Por fim, analisaremos o tema proposto a partir da perspectiva do Papa Francisco. Ora, a misericórdia divina supera a miséria humana, pois Deus é rico em misericórdia, e “onde avultou o pecado, superabundou a graça” (1 Rm 20,5). Nos últimos 10 anos, desde sua eleição o Papa Francisco tem enfatizado a importância da misericórdia na prática deste Sacramento. Ele argumenta que a Igreja deve ser um lugar onde as pessoas se sentem acolhidas e perdoadas, independentemente de seus erros e falhas passadas. Em 2015, o Sumo Pontífice declarou o Ano Extraordinário da Misericórdia, um ano de celebração e ênfase na misericórdia como uma

“chave” para os católicos. Em geral, Francisco tem encorajado os católicos a verem o sacramento da Reconciliação como uma oportunidade para experimentar a misericórdia divina em suas próprias vidas e para estender a mesma misericórdia as outras pessoas.

Faremos uso da metodologia bibliográfica, a qual procurará gerar conhecimentos e diminuir dúvidas, por meio de leituras de várias fontes que trazem importantes informações relacionadas o valor do Sacramento da Penitência na vida do cristão, sendo assim é, necessário estabelecer de forma clara os meios e métodos que serão utilizados para a confecção desse trabalho.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM BÍBLICA DO SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

A palavra “penitência” tem origem no latim “*paenitentia*”, que significa arrependimento. Desse substantivo deriva o verbo “*paenitere*”, que significa “estar arrependido”. Certamente, a penitência pressupõe, como o nome já diz, um penitente, ou seja, um infrator que, em razão de seu ato está subjugado à uma pena. Sua etimologia nos ajuda a entender apenas um aspecto da dimensão desse sacramento, mas não é o bastante. Com efeito, aquela justiça original¹ e santidade, à qual Deus comunicara aos nossos primeiros pais, foi rompida em virtude da desobediência de Adão, que, como representante e cabeça da humanidade, transmitiu o pecado original² (Rm 5,12), que se distingue do pecado de caráter pessoal. De que maneira o pecado da origem foi transmitido aos seus descendentes? Não sabemos! Esse mistério continua sendo acessado pela fé, uma vez que não somos capazes de compreendê-lo de maneira satisfatoriamente racional (CIC, nº 404); podemos, todavia, analisar de que modo Deus quis reparar a justiça original. Seja o pecado da origem, seja o pecado de caráter pessoal, concordamos, certamente, que essa desordem é uma realidade que transpassa a história humana. Desse modo, podemos, como é proposto neste primeiro capítulo, perceber o itinerário dramático entre pecado e perdão no Antigo e Novo Testamento; elementos aparentemente dissemelhantes, mas que formam a dicotomia necessária para a definição de “misericórdia”, que veremos melhor no decorrer desse trabalho.

1.1- Fundamentos bíblicos de perdão e pecado no Antigo Testamento

O pecado é, antes de tudo, uma ofensa contra Deus, “uma falta contra a razão, a verdade, a reta consciência e às pessoas” (cf. CIC, nº 1849). Em outras palavras, pecado é tudo aquilo que vai contra a vontade de Deus e prejudica a harmonia entre as pessoas e a criação. Com efeito, sabemos que a justiça original constituía ao homem a integridade perfeita em virtude dos dons preternaturais³, entre eles, o domínio das paixões, que é a harmonia entre o desejo sincero ao bem justo, próprio da razão e da vontade, e o apetite sensível. Depois do pecado de

¹ É um estado de graça em que Adão e Eva foram criados antes da queda original. Nesse estado, eles estavam em harmonia com Deus, consigo mesmos e com a criação, e suas faculdades espirituais e físicas estavam em perfeita ordem. Eles também foram dotados de imortalidade e não experimentaram a dor, o sofrimento ou a morte.

² O pecado original é o pecado cometido por Adão e Eva no Jardim do Éden, quando desobedeceram a Deus e comeram do fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal. Esse pecado não afetou apenas Adão e Eva, mas também toda a humanidade, pois todos os seres humanos descendem deles.

Adão, perdeu-se essa harmonia, as paixões tendem a se rebelar contra a reta consciência, procurando a primazia do bem sensível. Dessa forma, o pecado pode ser definido, primeiramente, enquanto uma falta contra a razão já que ele é a escolha de um bem concupiscível em detrimento de um bem justo. Ora, o bem do intelecto não é outro que não a verdade, por isso, o pecado é, conseqüentemente, uma falta contra a verdade e a reta consciência.

O Catecismo nos ensina que existem dois tipos de pecados: o pecado original, estado no qual nascem todos os seres humanos, e o pecado de caráter pessoal, que segue, necessariamente, a faculdade volitiva do homem. Ora, o pecado da origem é denominado “pecado” de maneira analógica, ou seja, não é um ato de caráter pessoal uma vez que não possui em si a faculdade volitiva. É pelo sacramento do Batismo que nos é conferido a graça santificante que perdemos, entretanto, permanece no homem a má inclinação e, desse modo, a integridade perdida por Adão no princípio só será recuperada mediante uma constante luta contra suas paixões (CIC, nº 404-405).

Os pecados pessoais são classificados em: pecados mortais e veniais. Os pecados mortais são aqueles que, em matéria grave, são cometidos em plena consciência e livre vontade. Já os veniais são aqueles que não possui um dos três requisitos do pecado mortal, ou seja, ou não e possui matéria grave, ou se há ignorância não culpável sobre o tema, ou não se age com a livre vontade. Para aqueles que perderam a graça batismal pelo pecado grave a Igreja oferece o sacramento de Reconciliação.

Disso se segue a segunda definição, iluminada pelo Catecismo: “é uma falha contra o verdadeiro amor para com Deus e para com o próximo, por causa do apego perverso a certos bens”; é, desse modo, uma “ofensa contra Deus” (CIC, nº 1850). Com efeito, o apego demasiado às coisas criadas, referindo a elas como Deus (pecado de idolatria) é, essencialmente, um pecado que se refere direto a Deus, como veremos no decorrer desse primeiro capítulo. Ora, é o “apego perverso” que torna um ato moralmente pecaminoso, e não o bem ao qual ele se refere.

Nesse ínterim, podemos concluir onde é que a misericórdia de Deus atua: precisamente na paixão, da qual nos vem o medo, a ira, a insegurança, a tristeza ou alegria, a esperança ou desespero, a incredulidade (cf. CIC, nº 1851). É nela que o pecado manifesta a sua violência, como falamos acima. Depois, é a vontade livre do homem que elege o bem ao qual irá se referir, por isso, não pode haver ato moralmente bom ou mau sem que seja, ao mesmo tempo, um ato

volitivo, assumindo, conseqüentemente, um caráter pessoal (CIC, nº1868), distinguindo-se assim do pecado da origem, que falamos na introdução do capítulo.

Partindo dessas premissas, é necessário identificarmos, além dos conceitos já expostos, as manifestações do ato pecaminoso no Antigo Testamento, de modo que tenhamos ferramentas para investigarmos sobre o sacramento pelo qual os pecados dos homens podem ser perdoados. “Com isso queremos neste breve aprofundamento, apresentar o fundamento do Sacramento da Penitência a partir da sua origem, formas de celebrar ao longo da história, dentro do contexto bíblico”. (BOROBIO, 2003, p. 313).

Assim, observamos a história das formas de penitência, que mostram o papel da comunidade e a necessidade de adaptar-se a cada contexto e realidade, o que nos conduz “à desconstrução de concepções absolutas para, ao invés disso, focar no que verdadeiramente é essencial”. ((BOROBIO, 2003, p. 314). Aprofundando o contexto bíblico do Sacramento da Penitência nos baseamos no estudo da Sagrada Escrituras para encontrarmos a raiz específica de sua fundamentação.

“É inútil buscar nos textos bíblicos um tratado sistemático do pecado”. (JOÃO PAULO II, 1980, p. 39). É preciso recolher dados espalhados em textos escritos em épocas diferentes, em contexto diferentes, em gêneros literários diferentes. Com isso fica claro que qualquer tentativa de sistematização corre o risco de ser um tanto arbitrária. Mas é um risco que se deve correr para colher o máximo da riqueza bíblica. Pois ainda que entendido de maneira e em níveis diferentes, “o pecado é uma realidade sempre presente em todos os textos, gêneros literários e contextos.” (CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, 2011, p. 23). É que, entendendo-se como história da salvação, os textos bíblicos trazem como pano de fundo essas duas realidades indissociáveis: “a da salvação e a do pecado”. (MOSER, 2012, p. 74).

Desde a sua origem como povo, isto é, desde a libertação do Egito, Israel teve que aprender por duras experiências que só a sua unidade com o Deus único podia assegurar-lhe sua existência. Os pecados do povo neste período consistiam nas suas murmurações contra Moises e contra o Senhor, na sua falta de fé e confiança, pelas quais minavam a sua própria resistência; depois nas primeiras idolatrias: adoração do bezerro de ouro, e as fornicções com as filhas de Moab, seduzindo-os a tomarem parte nos sacrifícios a seu Deus, o Baal.

Quando falamos de pecado há a necessidade de entendermos quando foi que esse evento se deu início, o termo teologicamente descrito chama-se: Pecado original⁴, descrito no terceiro capítulo de gêneses, que nos descreve como o pecado entrou na vida do mundo. “essa tragédia primordial que afetou diretamente a vida dos pais da humanidade, foi transmitida a todo gênero humano, a todos os homens e mulheres da história (com exceção da Virgem Maria). (HAFFNER, 2007, p. 150).

“A condição inicial do homem é ser santo e amigo de Deus [...]. o primeiro pecado do homem (pecado original) é a rejeição desta situação inicial extraordinária de graça [...]. da bíblia se deduz, antes de tudo, que o pecado consiste essencialmente na pretensão do homem de se considerar completamente autônomo diante de Deus, decidindo por si só o que está bem e o que está mal” (LAFRANCONE, 1997, p. 929).

“O vocabulário bíblico do pecado, como a de qualquer outra realidade humana mais profunda, é muito rico e variado” (LACOSTE, 2014, p. 1335). Mas existem quatro palavras que indicam diferentes níveis de profundidade: Hâtá; Awôn; Râshâ; Pésha.

No Antigo Testamento pecar ‘hâtá em hebraico’ consiste antes de tudo em não honra-lo, por suas ações; o pecado pode ser cometido consciente ou inconscientemente, mas mesmo no caso de um pecado involuntário um sacrificio de reparação é necessário. O que conta é o caráter objetivo da ação ou da omissão; não há interesse na motivação e a ideia de culpa não tem nada de psicológico, mas define um estado no qual se entra simplesmente por causa do que acontece. (LACOSTE, p. 1336).

No sentido figurado quer dizer toda espécie de falha nas relações humanas. Como tal, em várias passagens conserva vestígios de uma concepção mecânica e material do pecado; a transgressão, mesmo não intencionada, de um preceito, provoca a ira de Deus. o exemplo mais comum encontramos no segundo Livro de Samuel: “Quando chegaram à eira de Nacon, Oza estendeu a mão para a arca de Deus, porque os animais iriam derrubá-la. Então o Senhor se inflamou de cólera contra Oz e o prostou ali mesmo, por causa da irreverência, de modo que ele morreu junto da arca de Deus”. (2Sm 6, 6-7).

Awôn, é a rejeição de Deus e de seus projetos históricos. É com essa palavra que o pecado é entendido no âmbito religioso mais profundo: “Ouvi, ó céus, presta atenção, ó terra, porque Iahweh está falando. Criei filhos e os fiz crescer, mas eles se rebelaram contra mim”

⁴ A natureza humana perdeu a graça na sua própria origem(Adão e Eva), e por isso diz que nasce todos em estado de pecado original. Este, assim como outros cometidos, são restaurados pelo sacramento do batismo, através da purificação.

(Isaias 1, 2); Com efeito, ele me disse: Filho do homem, enviar-te-ei aos israelitas, a esses rebeldes que se rebelaram contra mim. Sim, eles e seus pais se revoltam contra mim até o dia de hoje. Excluirei do meio de vós os rebeldes, os sublevadores, fazendo com que saiam da terra da sua peregrinação, mas não voltarão à terra de Israel. Então sabereis que eu sou Iahweh. (Ezequiel 2, 3; 20.38). caracteriza mais um estado de alma do que de ato, mais uma causa, do que um resultado, mais um terreno propício para a iniquidade do que sua manifestação. O pecador é alguém que se encontra encurvado, alguém que perdeu o caminho, e por isso encontra-se exaurindo forças. (JOÃO PAULO II, 1984, p. 26). Por trás destas palavras subsistem algumas comparações ilustrativas:

“O pecado é como um arbusto retorcido ou um terreno ressequido, onde não se apresenta a vida, mas a morte. Ou seja, com esta palavra, a força do pecado é colocada mais no pecador se revela com tal, justamente na medida em que transgrida a Lei de Deus, a transgressão é mais manifestação de uma atitude de fundo. E a Lei de Deus não é imposição arbitrária: ela revela ao ser humano quem ele é e quem deve ser. É o único caminho de realização”. (MOSER, 2012, p. 75).

Râshâ, seria a terceira palavra que significa ímpio, o mau. (Ez 16,49). Tem seu contraposto no saddig, o justo. Ambos os termos são jurídicos, mas traduzem uma grande profundidade. São com luz e trevas. O râshâ, não é o pecador ocasional, mas aquele que se enraizou no mal, e por isso se confunde com ele. É alguém que esquece Deus. “Que os ímpios voltem ao Xeol, os povos que esquecem a Deus”. (Sl 9,18). Não quer reconhecer a Deus. “Ele que diziam a Deus: afaste-te de nós, que não nos interessa conhecer teus caminhos” (Jó 21, 14) Recusa-se a escutá-lo “Este povo mau, que se recusa a escutar as minhas palavras, que segue a obstinação de seus corações, que corre atrás dos deuses estrangeiros para servi-los e prostrar-se diante deles: será como este cinto que não serve para nada”. (Jr 13, 10). E chegam mesmo a desprezá-lo “Ele busca os assassinos, lembra-se deles, não se esquece jamais do clamor dos pobres”. (Sl 10, 13). Afrontando-o e querendo colocar-se acima dele. Assim se compreende que este ímpio não tenha receio de combater os justos, expropriar a viúva e o órfão. “Se não oprimirdes o estrangeiro, o órfão e a viúva, se não derramardes sangue inocente neste e não correrdes atrás dos deuses estrangeiros para vossa desgraça”. (Jr 7, 6). Oprimir os infelizes. “Por toda parte se agitam os ímpios, a corrupção aumenta entre os filhos de Adão”. (Sl 12, 9). Acumulando pecados sobre pecado. “Afastai-vos do caminho, apartai-vos da vereda, fazei desaparecer da nossa presença o Santo de Israel”. (Is 30, 11). É por isso mesmo que Deus abomina. “Tu não és um Deus que goste de impiedade, o mau não é teu hospede” (Sl 5, 5). Não

aceita seus sacrifícios. “O sacrifício dos ímpios é abominação para Iahweh, mas o seu favor é para a oração dos homens retos”. (Pr 15, 8).

A quarta palavra é Péscha, a palavra mais expressiva. Traduz com mais profundidade o pecado. “Ouvi, ó céus, presta atenção, ó terra, porque Iahweh está falando criei filhos e os fiz crescer, mas eles se rebelaram contra mim. (Is 1, 2). Juntamente com Awôn, é a palavra preferida pelos profetas. Aparece sempre em oposição à Aliança, caracterizando o pecado com rejeição de Deus e de seus projetos mais profundo. Por isso mesmo é com esta palavra que se percebe melhor a tragicidade que o pecado esconde: muito mais do que simples transgressões, ele se configura como uma rebeldia profunda e abrangente contra Deus e seus planos.

Contudo, isto só fica claro na medida em que se tem presente o que significa a Aliança. (TRIPIER, 1976, p. 22). Ela se coloca no início de um projeto salvífico de Deus que vai atingir seu ponto culminante na nova e terna Aliança. Antes de mais nada, é preciso notar que, ela se apresenta com uma originalidade única: acentua a iniciativa de Deus; apresenta um caráter dialogal; tem dimensões culturais, comunitários e históricos. As muitas etapas desta aliança vão encontrar seu apogeu na Aliança do Sinai. (MOSER, 2012, p. 77).

“É importante sublinhar que no AT o pecado, não é primeiramente acontecimento concernente ao relacionamento privado entre o homem e o seu Deus, mas o pecado deve ser entendido no âmbito da Aliança que Deus faz com o seu povo, a *Torah* era, de certo modo, a encarnação e a garantia desta Aliança. Pela aliança, Israel é constituído em povo pertencente a Deus e, de certo modo, inserido no “santo” por excelência, isto é, no âmbito do ser e da propriedade de Deus. o pecado do indivíduo atinge e afeta a Aliança de Deus com o seu povo, eis o fundamento da noção de excomunhão presente no AT: o culpado deve ser afastado de Israel (Dt 13,6), porque o povo de Deus é e deve permanecer santo”. (DANTAS, 2015.p. 74).

A Aliança vai acentuar a pertença de Israel como povo de Deus, que deve fazer-se um povo irmão. Israel tem consciência de ser um povo escolhido pelo próprio Deus, e sua tarefa única é testemunhar o Deus único e verdadeiro, face aos ídolos dos outros povos. (Ex 19, 9). A nova tarefa é a construção de uma sociedade participativa. A Aliança se apresenta como projeto político-social. Através da realização desse projeto que Deus revela como um Deus que não compactua com a injustiça e com a violação de direitos. (Ex 3, 7). Não compactua com a opressão, que se coloca ao lado dos fracos. “É um Deus libertador no sentido mais amplo da palavra”. (MOSER, 2012, p. 77). Assim se percebe melhor a extensão e a profundidade do pecado. Este se configura com um não quer participar de um projeto historicamente empolgante e religiosamente salvador. Se é verdade que não são poucas as referências às reações de Deus, que se ofende, entristece, aborrece e se irrita (Dt 4, 25; Jr 11, 17; Ez 8, 17). O que sempre se

encontra igualmente no horizonte desta rebeldia é a ruína de Israel. Sobretudo a literatura sapiencial vai salientar o caráter destrutivo do pecado. Segundo Antônio Moser pecar é mergulhar na iniquidade, que o pecado e desgraça caminham juntos, como juntos caminham salvação, vida e paz. Estas significam benção, resultante da fidelidade; aquelas maldições, resultantes da infidelidade a um pacto entre Deus e o seu povo. (MOSER, 2012, p. 77).

Vê se nas Sagradas Escrituras a manifestação de Deus sempre é misericórdia e cheia de compaixão por sua humanidade. (RAMOS-RFGIDOR, 2006, p. 119). No Antigo Testamento fica claro a consciência que Israel tinha do próprio pecado, como o rompimento da aliança amorosa de Deus com seu povo. “todos esses homens que viram minha glória e os sinais que fiz no Egito e no deserto, estes homens que já me puseram à prova dez vezes, sem obedecer à minha voz, não verão a terra que prometi com juramento a seus pais”. (Nm 14, 22-34). “pelo que Faraó chamou a toda pressa Moisés e Aarão e disse-lhe: Pequei contra Iahweh vosso Deus, e contra vós”. (Ex 10, 16). “Mas quanto ao ímpio, se ele se converte de todos os pecados que cometeu e passe a guardar meus os meus estatutos e a praticar os meus estatutos e a praticar o direito e a justiça, certamente viverá, ele não morrerá”. (Ez 18, 21). O povo que no decurso de sua historia ao tomar consciência do próprio pecado se entregou com confiança ao Deus das misericórdia. (Ef 2,4). É na misericórdia do Senhor que se manifestam todas as formas de amor. Deus um Pai para Israel, esse seu filho primogênito. (RAMOS-REGIDOR, 2006, p. 119).

Como vimos até aqui, “o povo de Israel experimentou de fato diversas formas de celebrar a penitência, de poder manifestar a conversão e a reconciliação. Através de jejuns, oração, sacrificios etc”. (BOROBIO, 2003, p. 314). Entretanto, a forma que nos chama à atenção é a “excomunhão” por um pecado grave, quando os chefes ou sacerdotes intervinham proferindo a sentença de excomunhão, seguida de castigo ou condições para a participação na comunidade. “É neste contexto que Jesus irá exercer sua missão”. (BOROBIO, 2003, p. 315).

1.2- Fundamentos bíblicos de perdão e pecado no Novo Testamento

O Novo Testamento traz uma proposta nova, que passa pelo perdão e reconciliação, pregada por Jesus, apontando para a necessidade de uma conversão de vida, de uma mudança: Metanoia. (Mc 2, 15-17; Mt 4, 17; Lc 5, 12). Podemos dizer que a economia sacramental do AT foi uma preparação e uma prefiguração da Redenção operada por Jesus Cristo no NT.

No mistério da criação, remontando ao princípio, a relação de Deus com o mundo, encontramos as raízes mais intimas entre justiça e misericórdia. No contexto da Antiga Aliança

a revelação se dá no amor de Deus ao seu povo eleito, cujo pai espiritual é Abraão, em virtude da fé “O único que é imortal. Ele vive na luz e ninguém pode chegar perto dele. Ninguém nunca o viu, nem poderá ver. A ele pertencem a honra e o poder eterno”. (1 Tm 6, 16). No Novo testamento a revelação é escatológica e temporal, é o Cristo que revela o Pai, como demonstram os escritos do Antigo testamento que preparavam essa Revelação: “Há tanto tempo que estou convosco e não me conheceis? Quem me vê, vê o Pai”. (Jo 14, 9). “compreendamos como o perdão, na visão cristã possui a sua raiz na vida trinitária. O perdão nos é oferecido pelo Pai, por meio do seu Filho Jesus Cristo, como dom do Espírito Santo” (HAFFNER, 2007, P 152).

Os relatos evangélicos começam anunciando a chegada iminente do Reino de Deus e exortação a conversão. (Lc 2, 25-32; Mc 1, 4-5.). João Batista é o precursor de Senhor, que batizado no Jordão, anunciava a vinda de alguém maior, que viria batizar no Espírito Santo e no fogo. (Mt 3, 1-12; Lc 3, 16-17.). O Cântico de Zacarias apresenta seu filho João como um profeta que irá adiante do Salvador preparando os caminhos, para anunciar a seu povo, a Salvação e o perdão dos pecados. (FLOREZ, 1977, p. 40). Segundo Moser: os pecadores tinham razão de exultar: A Boa Notícia era em primeiro lugar para eles. (MOSER, 2012, p. 85).

A proposta de Jesus no Novo Testamento é a de um ser humano totalmente liberto da escravidão do pecado e daquilo que verdadeiramente o oprime em todas as suas dimensões. O desejo de Jesus é que o ser humano alcance seu próprio destino e vocação, sem que o pecado enfraqueça sua plena vontade. (Jo 8, 11; Lc 18, 13).

Os quatro evangelistas se ocupam da Boa Nova, traçando cada um a sua maneira, a chegada do Messias, sinalizando o radicalismo àqueles que aderirem a sua proposta. Cada gesto e atitude de Jesus, especialmente o carinho para com os pecadores arrependidos, estavam na contramão da atitude farisaica de discriminação e separação. Os fariseus sentiam-se ofendidos porque Jesus se sentava e comia com gente de má reputação. (HANS, 2010, P. 99). Aproximavam-se de Jesus os publicanos e os pecadores para ouvi-lo. Os fariseus e os escribas murmuravam: este homem recebe e come com pessoas de má vida. (Lc 15, 1-2).

Jesus provoca críticas e escândalos ao mesmo tempo entusiasmo e surpresa: Não são os que gozam de boa saúde que precisam de médicos, mas os enfermos. Não vim para chamar à conversão os justos, mas os pecadores. (Lc 5, 30-32).

O projeto proposto por Jesus é instrumento de reconciliação, um novo jeito de religar laços até então rompidos. Jesus ignorava rótulos, se situava na raiz mais profunda do humano. Toda a realidade humana se vê convocada a uma redefinição, á sua própria conversão. Os

reflexos da chegada do filho de Deus, emerge a mais profunda das realidades: a luz que brilha nas trevas. (Jo 8, 12).

Os relatos da vida de Jesus nos quatro evangelhos se situam em um contexto literário, histórico e cultural. (Mt 11, 20-24; Lc 10, 13-15). A riqueza com que observaram aquele que falava de um modo diferente da salvação (1 Rm 5), e do pecado têm características próprias dadas por seus quatro intérpretes.

Jesus, durante sua vida pública, não só perdoou os pecados como também manifestou os efeitos do perdão aos pecadores que são perdoados e voltam a integrar a comunidade do povo de Deus, de onde o pecado havia deixado o indivíduo excluído.

Durante sua vida pública, Jesus não só perdoou pecados, mas também manifestou o efeito desse perdão; reintegrou os pecadores perdoados na comunidade do povo de Deus, da qual o pecado os havia afastado ou até excluído. Um sinal evidente disso é o fato de Jesus admitir os pecadores à sua mesa e, ainda, de Ele mesmo sentar-se à sua mesa, gesto que exprime de modo estupendo ao mesmo tempo o perdão de Deus e o retorno ao seio do Povo de Deus. (CIC, nº 1443).

Jesus inicia sua pregação convidando seus ouvintes à conversão. A conversão para Jesus inclui diversos aspectos: o sincero reconhecimento das próprias falhas, a exemplo do filho prodigo: “e caindo em si, disse: quantos empregados de meu pai tem pão com fartura, e eu aqui, morrendo de fome”. (Lc 15, 17-21). A humildade cheia de confiança na misericórdia de Deus, a exemplo do publicano: “mantendo a distância, não ousava sequer levantar os olhos para o céu, mas batia no peito dizendo: Meu Deus, tem piedade de mim, pecador”. (Lc 18, 13). A fé e o amor que rejeitam o passado: “por essa razão, eu te digo, seus numerosos pecados lhe estão perdoados, porque demonstrou muito amor. Mas aquele a quem foi pouco foi perdoado mostra pouco amor. Ele, porém, disse à mulher: Tua fé te salvou, vai em paz”. (Lc 7, 47-50). O desejo de radical mudança que faz a pessoa tonar-se como criança: “e disse: em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos tornardes como as crianças, de modo algum entrareis no Reino do Céus”. (Mt 18, 3). E disponibilidade de buscar em primeiro lugar o reino de Deus e a sua justiça. (CNBB, 1965, p. 11).

O que caracterizava Jesus e sua mensagem era justamente uma série de paradoxos, nos quais conjugavam ideal e realidade, o humanamente impossível e divinamente realizável, a justiça de Deus e sua inesgotável misericórdia. (MOSER, 2012, p. 86).

A pedagogia de Jesus era bem diferente. Com uma proposta diferente, e uma prática diferente, Jesus suscitava um novo sabor à antiga linguagem. “A prática do amor é a decorrência lógica do fascínio à sua adesão”. (Mt 12, 7; Lc 4, 15).

A teologia do pecado em Jesus redefine o pecador e o justo. A identidade do pecador está no seu relacionamento com o Deus, que se fez homem no próprio Cristo. (REGIDOR, 1989, p. 125). Com o advento do reino, inicia-se uma nova era, onde todos são convocados a buscar a salvação, na medida em que se reconhecem pecadores. (SADA, MONROY, 1991, p. 18).

Os Apóstolos foram os enviados para anunciar o perdão dos pecados: “como o pai me enviou, também eu vos envio. Dizendo isso, soprou sobre eles e lhes disse: “Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados ser-lhes-ão perdoados; aqueles aos quais retiverdes ser-lhes-ão retidos”. (Jo 20, 22-23). Os apóstolos recebem a totalidade de poderes necessários para introduzir os homens no Reino de Deus, e assim perdoar os pecados. É o Senhor quem outorga aos apóstolos o poder de atar e desatar. Esse poder foi conferido a Pedro: “Eu te darei as chaves do Reino dos céus e o que ligares na terra será ligado nos céus, e o que desligares na terra será desligado nos céus.” (Mt 16, 19), e por tradição, a Igreja denomina poder das chaves (JOÃO PAULO II, 1992, p. 552).

O catecismo da Igreja Católica sintetiza a vontade fundacional de Cristo:

Cristo instituiu o sacramento da penitência em favor de todos os membros pecadores da sua igreja, depois do batismo, tenha caído em pecado grave e assim perdido a graça batismal e lesado a comunidade eclesial. O sacramento da penitência oferece a estes uma nova oportunidade de conversão e de recuperar a graça da justificação. (CIC, nº 1446).

No contexto do Novo Testamento, como estudamos até aqui, observamos que os cristãos têm consciência da missão salvífica e reconciliadora que vem da bondade infinita de Deus. Através do batismo, percebe-se claramente este significado, pois, são chamados a participar da nova vida e assim, chamados “santos”. (1 Pd 1, 16).

Mesmo batizados, condição em que ninguém deveria pecar, constatamos, no Novo Testamento, que há pessoas que não estão em sintonia com a comunidade chamada a viver plenamente a santidade. (Mt 15, 19; Lc 18, 11). Aparecem algumas questões relacionadas a que atitude ter com esses que não viviam o projeto salvífico de Deus, donde surgem orientações práticas que vão desde conselhos morais até a busca de uma reconciliação fraterna, cuja busca do perdão mútuo tem sentido e valor. De acordo com Dionísio Borobio, se estabelece uma:

“disposição para se reconciliar com irmão como condição para o perdão de Deus e a validade da oferta. Deus perdoa nossas ofensas se nós perdoarmos aos que nos ofendem”. (BOROBIO, 2009, p. 315).

Nesse contexto, observamos um Deus rico e cheio de misericórdia, que Jesus revelou em sua plenitude, através de gestos concretos. Um Deus que vai muito além de regras e normas pré-estabelecidas, que perdoa os pecados e introduz o ser humano de volta para a comunidade eclesial. Portanto, o Novo Testamento nos apresenta momentos marcantes e inesquecíveis do Deus que se aproxima da humanidade com uma mensagem salvadora a partir do verbo encarnado no meio da nossa humanidade fragilizada e pecadora. Assim, concluímos esta abordagem do Novo Testamento, afirmando que o nosso Deus é que ama e perdoa nossa fraqueza humana.

1.3- O fundamento bíblico de misericórdia

Antes de falarmos sobre natureza do pecado e do perdão, ressaltamos a sublimidade da misericórdia divina, em toda a sagrada escritura, da primeira à última página é palavra de misericórdia. “As narrações falam dos atributos de Deus como: amoroso, compassivo, fiel, transbordante de graças, terno, piedoso, benevolente, clemente e longânimo com seu povo e com todos aqueles que o procuram”. (VIRGILI, 2006, p. 14).

A misericórdia de Deus é uma manifestação de sua graça e de seu amor. A afirmação de que Javé é um “Deus clemente e misericordioso” (Ex 34, 6) pertence às mais antigas experiências religiosas de Israel... A misericórdia pertence à natureza de Deus: “Meu coração se volta contra mim e ao mesmo tempo arde minha misericórdia. Não ajo segundo o ardor de minha ira, pois sou Deus e não homem”. (BAUER, 1978, nº 704).

“A misericórdia é na Palavra de Deus um ato operante de comunhão. Para que seus braços de bondade conduzam à luz a humanidade redimida, é necessário que o ser humano se una a Deus no doloroso parto da vida”. (CNBB, 2008, p.60). O amor misericordioso do Pai, revelado por Jesus no dom do Espírito Santo, aparece no evangelho como amor desentranhado, irrefreável, excessivo, superabundante de Deus, para com o pecador. (CNBB, 2008, p. 33).

A misericórdia de Deus se revela na salvação de cada alma. (BOGGIANO, 2001, p.1) de acordo com o pensamento do apóstolo Paulo, se diz que Deus, que “habita numa luz inacessível” (1Tm 6,16), se manifesta nos homens de várias formas, através da linguagem e de todo o cosmo:

“desde a criação do mundo, com efeito, as perfeições invisíveis de Deus, tanto o poder eterno como a sua divindade, torna-se reconhecíveis quando as obras por ele realizadas são consideradas pela mente humana”. (Rm 1,20).

Este conhecimento indireto é imperfeito, resultado da inteligência que procura Deus por meio das criaturas, através do mundo visível, não é ainda a “visão do Pai”. “Ninguém jamais viu a Deus”, escreve João, para dar maior relevo à verdade segundo a qual “o Filho Unigênito, que está no seio do Pai, é que se deu a conhecer”. (Jo 1,18).

Esta revelação manifesta Deus no insondável mistério do seu ser uno e trino. No entanto, graças a esta revelação do Verbo Encarnado, conhecemos a Deus, que na sua mais profunda relação de amor para com o homem usa de benignidade (Tt 3,4). É exatamente aqui que as suas perfeições insondáveis e invisíveis são reconhecíveis de modo singular, incomparavelmente mais reconhecível que através de todas outras obras por Ele realizadas. Tornam-se visíveis em Cristo e por meio de Cristo, por intermédio das ações e palavras e, por fim, mediante a sua morte na cruz e a sua ressurreição.

É deste modo que, em Cristo e mediante Cristo, Deus, com sua Misericórdia, se torna particularmente visível, isto é, põe-se em evidência aquele atributo da divindade, que já o Antigo Testamento, servindo-se de diversos conceitos e termos, tinha definido como “misericórdia”. Cristo atribui a toda a tradição do Antigo Testamento, relativamente à Misericórdia Divina, um significado definitivo. (JOÃO PAULO II, 1980, p. 8-9)

Cristo a encarna e personifica, Ele próprio é, em certo sentido a manifestação da misericórdia. Para quem a vê nele e nele a encontra, Deus torna-se particularmente visível, como Pai rico em misericórdia. (Ef 2,4). O autor dos hebreus nos mostra que na pessoa de Jesus temos um “sumo sacerdote misericordioso” (Hb 2, 17; 4, 16).

A sociedade moderna vive um período de afastamento de Deus muito maior do que o homem do passado, muitos parecem afastar da vida e excluir do coração a questão da misericórdia. Para muitos, o conceito de misericórdia chega a causar inquietação, um certo mal-estar. O homem acompanha, de certa forma, a evolução das ciências e tecnologias, de modo que se sente senhor da terra e da técnica e, assim, com sua autossuficiência, não dá um espaço para refletir sobre a misericórdia. O mundo e o homem contemporâneo estão carentes dessa misericórdia, mesmo sem muitas vezes o saberem, Deus, já no Antigo Testamento manifesta e torna visível a sua misericórdia que irá perdurar de geração em geração.

A mentalidade contemporânea, talvez mais do que a do homem do passado, parece opor-se ao Deus de misericórdia e, além disso, tende a separar da vida e a tirar do coração humano a própria ideia da misericórdia. A palavra e o conceito de misericórdia parecem causar mal-estar ao homem, o qual, graças ao enorme desenvolvimento da ciência e da técnica, nunca antes verificado na história, se tornou senhor da terra, a subjugou e a dominou [14]. Tal domínio sobre a terra, entendido por vezes unilateral e superficialmente, parece não deixar espaço para a misericórdia. (JOÃO PAULO II, 1980, p. 3)

Também no Novo Testamento, Jesus apresenta-nos a misericórdia com gratuidade de Deus. Nos impulsiona a praticá-la para com os outros: “Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso”. (Lc 6,36). Pois o bem atrai o bem, a bondade gera bondade e, então, quanto mais uma alma penetra no mistério da misericórdia infinita, mais deve sentir-se levada a imitá-la nas suas relações com os outros.

Este apelo de Jesus a sermos misericordiosos deve nos levar a refletir quando tantas vezes nos sentimos irritados contra alguém, ou pouco dispostos à indulgências e ao perdão, devemos nestes momentos mergulhar com todas as nossas forças na consideração da misericórdia infinita de Deus, para afogar nela qualquer espécie de dureza, ressentimentos ou cólera. Pois, se temos claro um pouco de experiência de nossa miséria, não será difícil entendermos que não há nenhum instante na nossa vida em que não tenhamos necessidade da misericórdia de Deus; e esta misericórdia é tão magnânima que nunca nos rejeita pelas nossas recaídas, nunca nos lança em rosto o ter nos perdoado já tantas vezes, nunca nos recusa o seu abraço paternal.

Jesus não se limita a anunciar a mensagem de misericórdia do Pai – também vive. Vive o que anuncia. Toma a seu cargo os enfermos e os atormentados por espíritos maus. E pode afirmar acerca de Si próprio: “Sou manso e humilde de coração” (Mt 11,29). Compadece-se quando se encontra com um leproso (Mc 1,41) ou quando vê o sofrimento de uma mãe que perdeu o filho único (Lc 7,13). Sente compaixão pelos numerosos enfermos (Mt 14,14), pelo povo que tem fome (Mt 15,32), pelos cegos que suplicam que tenha piedade deles (Mt 20,34), pelas ovelhas que são como ovelhas sem pastor (Mc 6,34). Assim, uma e outra vez saem pessoas ao seu encontro gritando: “tem misericórdia de mim” (Mt 9,27). Jesus anuncia a misericórdia divina de forma definitiva e para todos. Jesus abre acesso a Deus não só a uns quantos justos, mas a todos, no Reino de Deus há lugar para todos, ninguém é excluído. (KASPER, 2015, p. 88)

Deus ama-nos infinitamente, não deseja senão derramar sobre as nossas almas as torrentes da sua misericórdia sem limites e, contudo, o seu amor e a sua misericórdia cessam e transformam-se em severidade na medida em que nos vê duros e exigentes para com o próximo.

Temos tanta necessidade da misericórdia do Senhor, necessitamos tanto que ele não nos julgue, que se compadeça de nós, que nos perdoe e use conosco de misericórdia.

Não esqueçamos as palavras que todos os dias repetimos no Pai Nosso: Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido (cf. Mt. 6, 12), e procedamos de tal modo que não venham a ser a nossa condenação, porque Jesus disse: “se perdoardes aos homens os seus delitos, também o vosso Pai Celeste vos perdoará; mas, se não perdoardes aos homens, vosso Pai também não perdoará vossos delitos” (Mt 6, 14 e 15) (CNBB, 2008, p. 33).

Deus revelou a sua infinita misericórdia na pessoa do Verbo Encarnado, Jesus Cristo. E nas suas pregações, sem sobra de dúvida, um dos temas primordiais é a misericórdia de Deus. tanto nos seus discursos como nas suas parábolas, o Senhor sempre desejou infundir em nossos corações a certeza de que o nosso Deus é rico em misericórdia, como expressa São Paulo nas suas cartas. (Ef 2,4). É notório que desde o Antigo Testamento, Deus se tenha revelado a Moisés como um Deus compassivo e misericordioso, lento para a cólera e cheio de bondade e felicidade. (Ex 34,6). Mesmo antes de Cristo, o povo de Israel já podia alegrar-se por se dirigir a um Deus tão disposto a acolher o seu arrependimento, as suas súplicas, e a ampará-los em todas as necessidades. Porém, é verídico que nem sempre prevaleceu esse modo de ver a Deus, e que várias vezes se ressaltou, sobretudo, a sua implacável justiça.

No entanto, de acordo com a Revelação do Novo Testamento, compreendemos que “o primado e sua superioridade do amor em relação à justiça (...) manifesta-se precisamente através da misericórdia.” (JOÃO PAULO II, 1980, nº 4).

Deus é infinitamente justo e, sobretudo, ama-nos também infinitamente, mesmo com as nossas fraquezas e infidelidades nos aceita como somos. O especial poder da misericórdia divina prevalece sobre as ofensas que comentemos contra a justiça divina.

Deus é o Pai das misericórdias:

No relacionamento entre o Criador e as suas criaturas, a misericórdia só tem lugar porque as criaturas têm misérias. Podemos dizer que se o Pai não tivesse criado o homem, e este não tivesse pecado, nem por isso Ele teria deixado de ser sumamente bom. Mas não teria sido atualmente bom, porque a misericórdia só exerce com os miseráveis. Deus nos criou conscientes de nossas fragilidades, e ama-nos profundamente pesar de nossas limitações. Até mesmo o pecado, que é a maior de nossas misérias, obriga o amor divino a apresentar-se sob a forma particular de misericórdia. (CINTRA, 1999, p. 21-23).

De fato, a sanidade divina vem ao encontro de nossa fraqueza:

Em face do nosso nada, a Sua bondade transforma-se em amor; em face do pecado o seu amor converte-se em misericórdia (...). A santidade divina abomina o pecado que a sua justiça muitas vezes se vê obrigada a corrigi-lo, no entanto é precisamente por isso que a misericórdia divina se comove incomparavelmente mais com estas desgraças do que com qualquer outra que pudesse atingir-nos. (CINTRA, 1999, p. 23).

Portanto, Deus é tão rico em misericórdia que jamais se esquece das criaturas que porventura venham o cometer um desvio. Antes, enviou o seu Filho Unigênito para dar a sua vida em resgate de muitos. Se pretendermos compreender profundamente a verdade acerca da Misericórdia Pascal. Pois a Misericórdia é revelada na cruz e na ressurreição.

O relato messiânico de Cristo, que São Lucas nos apresenta pode ser chamado de “o Evangelho da misericórdia. (Lc 4,18). mostra-se neste passo que Jesus veio libertar e salvar os pobres, cativos e cegos oprimidos. Descrevem-se aí todas as misérias que o homem está sujeito, apresenta-se o Messias que se compadece, vindo redimi-las. O preço foi alto: o seu sangue Redentor. Ele assumiu nossa natureza e abraçou o sofrimento da Paixão.

Por isso, temos que ter sempre presente em nossos corações que Cristo veio ao mundo para nos salvar do pecado. Veio justamente para salvar e redimir o que estava perdido. A sua Encarnação é o combate do pecado e o ardente desejo de Salvação dos pecadores. “O Filho não apenas nos “fala” da misericórdia de Deus mas é a própria misericórdia feito carne” (CANTALAMESA, 2016, p. 22)

Não podemos entender a profundidade da Misericórdia divina, sem penetramos no âmago do Mistério Pascal. Abraçando a Paixão, Cristo torna-se digno de misericórdia e até parece apelar para ela. No entanto, não lhe foi concedida a Misericórdia, nem por partes das autoridades, nem dos seus adversários e nem dos discípulos. Nem mesmo o Pai o poupou dos cruéis padecimentos quando suplicou no Horto das Oliveiras. Era necessário que o Senhor pagasse pelos nossos pecados, e por isso não lhe foi poupado de nada.

Jesus Cristo operou em nosso favor a Redenção. Com sua Paixão e morte de Cruz, recuperou com o próprio sangue, os nossos pecados. A justiça do pecado foi feita em Cristo, à custa do seu preciosíssimo sangue, como sacrifício agradável a Deus.

A Redenção traz em si a Revelação da misericórdia na sua plenitude (...) Crer no Filho crucificado, significa ver o Pai, significa crer que o amor está presente no mundo, e que este amor é mais forte do que toda a espécie de mal em que o homem, a humanidade e o mundo estão envoltos. Crer neste amor significa acreditar na misericórdia. (JOÃO PAULO II, 1980, nº 7).

Ou seja, o Cristo crucificado que contemplamos é a imagem viva da misericórdia divina. Portanto, nada neste mundo pode invalidar, abater ou desfazer de qualquer forma a atuação dessa misericórdia na história do mundo, especialmente arraigada em nossos corações.

Manifestou o Pai a sua misericórdia, reconciliando o mundo consigo em Cristo, pacificando pelo sangue da sua cruz tanto as coisas da terra como as do céu. O Filho de Deus, feito homem, habitou entre os homens para livrá-los da servidão do pecado e chamá-lo das trevas à sua luz admirável. Para isso iniciou o seu ministério na terra, pregando a penitência, dizendo: ‘Fazei penitência e crede no Evangelho. (Mc 1,15).

Pela sua morte na cruz, Jesus Cristo redimiu o homem do pecado e das consequências do pecado, especialmente da morte eterna, que é seu efeito. Não é, pois, de surpreender que Jesus tenha instituído, no mesmo dia em que ressuscitou dentre os mortos, o sacramento pelo qual os pecados dos homens podem ser perdoados. (FEREIRA, 1988, p. 193).

1.4- Considerações finais do capítulo

É primeiro pelo sacramento do Batismo que recuperamos a vida da graça, apagando o pecado da origem e nos orientando para Deus, ainda que a integridade do homem continue fragilizada e inclinada para o mal pelo rastro da concupiscência⁵ (CIC, nº 405). Depois, é pelo sacramento da Penitência que o homem recebe o perdão pela ofensa de caráter pessoal e, por isso, também é chamado de sacramento da Reconciliação, uma vez que Deus, pelo seu infinito amor, nos quer reconciliar com Ele (CIC, nº 1424). Sabemos pela Revelação que Deus não abandonou o homem depois da sua queda, pelo contrário, manteve em seu coração a esperança quando disse à serpente: “Porei inimizade entre ti e a mulher, ela lhe esmagará a cabeça” (cf. Gn 3,15). A tradição cristã interpreta, nessa passagem, o anúncio do “novo Adão” e, na figura da “mulher”, Maria, que sendo obediente à vontade de Deus foi a primeira que colheu dos frutos da Redenção, sendo preservado da mancha do pecado (CIC, nº 411). Além disso, Cristo instituiu um Sacramento pelo qual os pecadores pudessem voltar à comunhão eclesial. Não obstante, os Padres da Igreja o chamam de “segunda tábua da salvação”, porque é pela Confissão que ganhamos uma nova possibilidade de conversão e de recobrar a graça da justificação (CIC, nº 1446).

⁵ A concupiscência, segundo o Catecismo da Igreja Católica, é o desejo desordenado pelo pecado, decorrente do pecado original. Essa inclinação pode levar a excessos e ações pecaminosas.

CAPÍTULO II

SACRAMENTO DA PENITÊNCIA NA TRADIÇÃO E NO MAGISTÉRIO DA IGREJA.

É importante lembrarmos que, durante sua vida pública, Jesus manifestou efeitos maravilhosos que provêm do perdão dos pecados. Ora, ao admitir que pecadores se sentassem à mesa com ele (cf. Mc 2,7), manifestou a acolhida de Deus e a reintegração dos pecadores na comunidade do povo de Deus (CIC, nº 1443). Quis, não obstante, continuar essa acolhida e reabilitação dos pecados através da Sua Igreja e, por isso, constituiu apóstolos para que perdoassem os pecados em Seu nome (Jo 20, 22). Observamos, com efeito, essa dimensão eclesial do sacramento da Confissão nas palavras de Cristo a Pedro: “tudo que ligares na terra será ligado no céu” (cf. Mt 16,19). Se a “reconciliação” com a Igreja está inseparável da reconciliação com Deus” (cf. CIC, nº 1445), de que modo a Igreja manifestou e ofereceu, ao longo da história, essa reconciliação? Queremos neste capítulo, partindo dessas premissas, estudar sobre o desenvolvimento do Sacramento da Penitência ao longo da Tradição e do Magistério da Igreja, fazendo assim um panorama histórico, que percorre brevemente os primeiros séculos da Igreja até o Vaticano II.

2.1- O desenvolvimento do Sacramento da Penitência

Os sacramentos da Igreja são os gestos do Senhor glorioso que sopra o seu Espírito e comunica aos fiéis o mistério da sua Páscoa; este ato constitui a Igreja e revela a sua natureza. Segundo o Concílio Vaticano II a Igreja é sacramento universal da salvação. (LG, nº 48).

O Catecismo da Igreja Católica diz:

Como Sacramento, a Igreja é instrumento de Cristo. ‘É assumida por Ele como instrumento da Revelação universal’ (LG, nº 9), ‘o Sacramento universal da Salvação’ (LG, nº 48), pelo qual o mesmo Cristo manifesta e simultaneamente atualiza o mistério do amor de Deus pelos homens. É o projeto visível do amor de Deus para a humanidade, segundo o qual Deus quer ‘que todo gênero humano forme um só povo de Deus, se uma num só Corpo de Cristo e se edifique num só templo do Espírito Santo’ (AG, nº 7). (CIC, nº 776).

Os Apóstolos foram os enviados pelo Senhor para anunciarem o perdão dos pecados: “como o pai me enviou, também eu vos envio. Dizendo isso, soprou sobre eles e disse: Recebei o Espírito Santo. Aqueles a quem perdoardes os pecados eles lhe serão perdoados; aqueles aos quais retiverdes eles lhe serão retidos”. (Jo 20, 22-23). Os apóstolos recebem a totalidade de poderes necessários para introduzir os homens no Reino de Deus, e assim perdoar

os pecados. É o Senhor quem outorga aos apóstolos o poder de atar e desatar. Esse poder foi conferido a Pedro (Mt 16, 19), e por tradição, a Igreja denomina poder das chaves. (JOÃO PAULO II, 1992, p. 552).

Jesus Cristo durante sua vida terrestre prometera que não nos deixaria órfão, mas enviaria o paraclito (Jo 16,7). Este termo é extremamente significativo, vem do grego e quer dizer “advogado”, aquele que defende um réu, ou ainda “consolador”, que está sempre pronto a nos ajudar. Jesus Cristo revela plenamente o Espírito Santo enquanto Ele mesmo não tiver sido glorificado por sua morte e ressurreição (CIC, nº 728). Sendo assim, o Espírito é o amor infinitamente perfeito que flui, que procede, do Pai e do Filho. É a Terceira pessoa da Santíssima Trindade (TRESE, 1987, p. 28). Cristo na hora de sua morte se abandonou nas mãos do Pai, e entregou o seu espírito, tornando-se vitorioso sobre a morte e o pecado. Uma vez “ressuscitado dos mortos pela glória do Pai”(Rm 6, 4), nos concedeu o Espírito Santo, “soprando-o” (Jo 20, 22), sobre seus discípulos. Neste momento, a missão de Cristo passa a ser a missão da Igreja, que tem por alma o próprio Espírito Santo. Ele é, portanto, o Santificador da Igreja. “o Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis como num templo” (LG, nº 9). O Espírito Santo inunda o coração de todos os crentes com a sua luz admirável. As boas obras que realizamos são movidas por Ele, que deseja que coloquemos em prática a doutrina de Jesus, o Filho de Deus, e assim alcancemos a Salvação.

A missão salvadora de Cristo não terminou com a sua ascensão gloriosa aos céus. Ele não é só mais um personagem que passou pela história, Ele está vivo, e permanece em nosso meio (na Igreja), de modo real, mas também em Mistério. A Igreja não é meramente um movimento religioso originado pela pregação de Jesus, pois ela encontra-se diretamente interligada com o ser dele. Sendo sinal da presença de Cristo, é mediante a sua atuação que podemos encontrá-lo, aí é fundamentada sua grandeza.

A Igreja é um mistério, por isso não pode ser plenamente explicada por palavras. “A sua insondável riqueza é resultado da própria pessoa de Jesus, e tem como finalidade perpetuar a sua presença salvadora entre nós.” (FERNANDES CARVAJAL, 1938, p. 42-43). Mas ainda sua missão consiste em tornar presente Cristo. Ele subiu aos céus, mas prometeu, que estaria conosco até a consumação dos séculos. (Mt 28, 20). O Concílio Vaticano II afirma que Jesus Cristo é o autor da salvação, é o princípio da paz e da união, e que foi Ele quem constituiu a Igreja “A fim de que fosse para todos e cada um o sacramento visível desta unidade salvadora”. (LG, nº 9).

A palavra grega *Mysterion* foi traduzida para o latim por dois termos: *mysterium* e *sacramentum*. O termo sacramento exprime principalmente o

sinal visível da realidade escondida da salvação, indicada pelo termo *mysterium*. (CIC, nº 774).

Explica João Paulo Dantas essa citação do catecismo: “etimologicamente, a palavra *sacramentum* significa *res sacrans*, algo que significa. Observamos que o significado da palavra é muito amplo, por isso é que, por exemplo, Santo Tomas de Aquino afirma que certas realidades sagradas do Antigo Testamento são sacramentos. “já antes da vinda de Cristo convinha houvesse sinais sensíveis, pelos quais o homem professasse sua fé na vinda futura do Salvador. Tais sinais se chamam sacramentos”, mas essas realidades diferem essencialmente dos sacramentos da Nova Aliança, pois não produzem graça. (DANTAS, 2015, p. 41).

Para o autor Theodor Schneider o mistério não é concedido por meio de ensinamentos racional, e, sim, por meio de experiências; por isso somente a pessoa engajada no culto pode experimentá-lo. “Somente por meio da prática de manter os cultos de mistério em segredo a palavra *mysterion* adquire seu significado mais restrito, com mistério se expressa uma realidade e uma participação nessa realidade que transcendem a linguagem e o discurso racional”. (SCHNEIDER, 2000, p.173).

Mistério e Sacramento: esse par de palavras expressam o essencial da criatividade semântica para dar nome ao que chamamos de Sacramento (SESBOUÉ, 1995, p. 41). Os sacramentos da Nova Aliança foram instituídos por Cristo (CIC, nº 1114). Nos sacramentos é Cristo quem age, são “forças que saem” do corpo de Cristo, sempre vivo e vivificante (CIC, n 1116).

Os sacramentos são ‘da Igreja’ no duplo sentido de que existem ‘por meio dela’ e ‘para ela’. São ‘por meio dela’, pois esta é o sacramento da ação de Cristo operando em seu seio graças à missão do Espírito Santo. E são ‘para a Igreja’, pois são esses sacramentos que fazem a Igreja; com efeito, manifestam e comunicam aos homens, sobretudo na Eucaristia, o mistério da comunhão com Deus amor, uno em três pessoas. (CIC, nº 1118).

Ao longo da história da Salvação e da Igreja a encarnação do Verbo de Deus é a fundamentação teológica de toda estrutura sacramental, pois, como diz São Paulo aos colossenses: Cristo é o mistério de Deus que se revelou entre os povos (Cl 1, 27). Jesus diz no capítulo 4 de Marcos diz àqueles que o acompanharam “a vós confio o mistério do Reino de Deus”, “aos de fora”, porém, as palavras em parábolas permanecem enigmas incompreensíveis (Mc 4,11), o mistério de Deus é Jesus Cristo, esse mistério torna-se presente na comunidade em que Jesus Cristo é anunciado. “Cristo é o Deus que se comunica aos homens”. (SCHNEIDER, 2000, p.174).

Cristo é o sacramento primordial: sacramento do encontro de Deus com o homem e do homem com Deus, sacramento-fonte do qual “jorram” os demais sacramentos. (SCHILLEBEECKX, 1966, pp. 30-31).

Os Sacramentos da Igreja são gestos do Senhor ressuscitado e Glorioso que soprou sobre os Apóstolos o seu Espírito, e comunica aos fiéis o mistério de sua Pascoa (paixão, morte e ressurreição), este ato constitui a Igreja e revela sua missão. Segundo João Paulo Dantas a expressão “sacramentalidade da Igreja” deseja traduzir esta verdade: a Igreja depende totalmente de Cristo, pois o seu ser e agir são uma participação na Glória de Cristo que lhe é comunicada pelo Espírito que lhe foi dado. (DANTAS, 2015, p. 40).

Schillebeeckx elaborou a ideia de que a Igreja é no mundo o “sacramento fundamental de Cristo Cabeça”: O Cristo glorioso atinge a humanidade de um modo sacramental através da Igreja e dos sacramentos que ela celebra. (SCHILLEBEECKX, 1996, p. 363).

Segundo a *Lumen Gentium* “a Igreja é sacramento universal da Salvação” (LG, nº48).

Como sacramento, a Igreja é instrumento de Cristo. ‘é assumida por Ele como instrumento da Redenção universal’ (LG, nº 9), ‘o sacramento universal da salvação’ (LG, nº 48), pelo qual o mesmo Cristo ‘manifesta e simultaneamente atualiza o mistério do amor de Deus pelos homens’. É o projeto visível do amor se Deus com a humanidade, segundo o qual Deus quer que todo o gênero humano forme um só povo de Deus, se una num só Corpo de Cristo e se edifique num só templo do Espírito Santo (AG, nº 7). (CIC, nº 774).

O papa Paulo IV afirmava que:

“é indispensável para os que sequeem a Cristo, conhecer a natureza da Igreja”. “E este conhecimento é deveras, importante especialmente para nós, católicos quando são tantos os erros, tantas as ideias inexatas, tantas opiniões particulares que circulam nas discussões do nosso tempo. Quanta ignorância, quanto erro! Muitos esquecem ou desconhecem que a Igreja é um mistério, não só na profundidade da sua vida, mas também enquanto realidade não apenas humana e histórica e visível, mas divina e superior à capacidade natural de conhecer”. (PAULO IV, 1966, p. 43).

A Igreja é Corpo Místico de Cristo, exerce, através do seu ministério, a missão e o múnus de seu Fundador e Cabeça, para ensinar, amar e perdoar os seus filhos. Nesse corpo difunde-se a vida de Cristo nos crentes, que, pelos sacramentos, de modo misterioso e real, são unidos a Cristo morto e glorificado. Pelo batismo configuramo-nos a Cristo: “Com efeito, em um só Espírito fomos batizados todos nós para sermos um só corpo” (LG, nº 7). Assim como todos os membros do corpo, embora muitos, formam um só corpo, assim também os fiéis em Cristo. (Cf. 1Cor 12,12).

Também na edificação do Corpo Místico de Cristo, há diversidade de membros e de funções e um só é o Espírito, que na Igreja, distribui seus vários dons, segundo suas riquezas e

as necessidades de mistérios. (Cf. 1Cor 12, 1-11). Nesta unidade de carismas, se um membro sofre, todos os membros padecem com ele; e se um só membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele. (Cf. 1Cor 12, 26). A Igreja tem por missão pregar, promover e celebrar eficazmente a reconciliação, com ela, promove-se a vocação da humanidade a viver reconciliada, logo consciente de si e de que provém da vontade reconciliadora de Deus, nosso Pai. (CELAM, 2005, p.208).

A cabeça deste corpo é Cristo. Ele é a imagem de Deus invisível, e n'Ele foram criadas todas as coisas. Ele é antes de todos. E todas as coisas n'Ele subsistem. Ele é a cabeça do corpo que é a Igreja, Ele é princípio, o primogênito dentre os mortos, de maneira que tem a primazia em todas as coisas. (Cf. Cl 1, 15-18).

Além disso, anos depois, em 1983, foi promulgado o novo Código de Direito Canônico da Igreja Católica, que traz algumas mudanças significativas em relação ao sacramento da Penitência ou Reconciliação.

O Cânon 959 do novo Código estabelece que "na penitência ou reconciliação individual, que é chamada sacramento da penitência, os fiéis que se arrependem dos seus pecados, e confessam individualmente seus pecados graves (*mortaliter perpetrata*), com a intenção de se reconciliarem com Deus e com a Igreja, obtêm, por meio da absolvição do sacerdote, o perdão de Deus e a reconciliação com a Igreja".

Além disso, o Cânon 960 destaca a importância do segredo da confissão sacramental e estabelece que "o sigilo sacramental é inviolável. Portanto, é absolutamente proibido ao confessor revelar de alguma forma ou por qualquer motivo os pecados que lhe foram confessados, sob pena de excomunhão *latae sententiae*, reservada à Sé Apostólica".

Essas são algumas das principais mudanças trazidas pelo novo Código de Direito Canônico em relação ao sacramento da Penitência ou Reconciliação. Vale ressaltar que, desde então, a Igreja Católica tem promovido reflexões e diálogos sobre a prática desse sacramento, buscando formas de torná-lo mais acessível e significativo para os fiéis.

2.2- O desenvolvimento da liturgia penitencial

No decorrer dos séculos, a Igreja institui formas muito variadas para manifestar o perdão e a reconciliação dos pecadores. Segundo as épocas e os meios, os penitentes recebiam o sacramento uma vez na vida, uma vez por ano ou até uma vez por dia. Por vezes esse rito

litúrgico previa uma confissão. “Confessar: declarar pecados aos confessores” (FERREIRA, 2004, p.227).

Nas sagradas escrituras como vimos no capítulo anterior, “confessar significa proclamar as grandezas de Deus, e especialmente sua ação salvadora, e sua misericórdia”. (CNBB, 1965, p. 37). Por conseguinte, é também dar glória a Deus, agradecer “Dai graças ao Senhor porque ele é bom”, “Eu vos glorifico, sois o meu Deus” (Sl 117), essas expressões de louvor do salmista expressão a “confissão” do fiel. No Novo Testamento vemos que confessar para São Paulo é proclamar o senhorio de Jesus “Se confessares com a tua boca que Jesus é o Senhor e creres no teu coração que Deus o ressuscitou dos mortos, será salvo” (Rom 10, 9-10). Na comunidade primitiva os primeiros mártires da Igreja “confessaram” Cristo perante os pagãos, donde o nome de “confessor” é dado aos que proclamaram a sua fé pela palavra e pela morte.

Consideramos primeiramente aqueles cristãos que, para glória de Deus único, Pai e Filho e Espírito Santo, abertamente confessam Jesus Cristo como Deus e Senhor e único mediador entre Deus e os homens. Sabemos existirem não pequenas discrepâncias em relação à doutrina da Igreja católica, mesmo sobre Cristo, Verbo de Deus encarnado, e sobre a obra da redenção e por conseguinte sobre o mistério e o ministério da Igreja, bem como sobre a função de Maria na obra da salvação. Alegremo-nos, contudo, vendo que os irmãos separados tendem para Cristo como fonte e centro da comunhão eclesial. Levados pelo desejo de união com Cristo, são mais e mais compelidos a buscarem a unidade bem como a darem em toda a parte e diante de todos o testemunho da sua fé. (UR, nº 20)

Neste caso, a confissão precisa ser correta completa e individual. O sacramento da penitência deve ser celebrado com reserva, com intimidade e o resquício litúrgico da penitência pública, é a imposição das cinzas. (PALUDO, 1999, p.40). O penitente, arrependido, confessa todos os pecados graves que recorda como proposito de começar vida nova. Poderá também confessar os veniais que desejar.

Distingua-se claramente entre as faltas leves (o que chamamos pecados veniais), cotidianos e as infrações sérias ou graves (o que chamamos de pecados mortais) contra nova lei estabelecida por Cristo e presente nos corações dos fieis, graças ao Espírito Santo. (DANTAS, 2015, p. 78).

As faltas leves deviam ser expiadas pela oração, pelo arrependimento, esmola, perdão fraterno, pelo espírito de obediência, pela participação à Eucaristia (FLORIO, 2003, p. 63). Mas, no caso de pecados mais graves, a Igreja deveria corrigir com amor fraterno os transgressores, assim como está na Doutrina dos Doze Apóstolos (DIDAQUÉ, 2,7; 3,3). Mas se a exortação pacífica não produz frutos ou o pecado adota dimensões descomunais ou

contumazes ou infratores da lei devem ser afastados da vida comunitária (SCHAUS, 1980, p. 155).

Emilio Girbes autor espanhol nos diz que a prática da penitência tem três formas de penitência na vida eclesial: a penitência conversão na iniciação cristã dos adultos, a penitência reconciliação na penitência canônica, e a contínua conversão explicitada em múltiplas formas celebrativas e de ascese. (GIRBES, 1993, p.377) .

João Paulo Dantas irá dissertar sobre essa estrutura apresentada por Girbes, a saber: a penitência conversão na estrutura da iniciação cristã; a penitência reconciliação na estrutura da penitência canônica e a contínua conversão explicitada em múltiplas formas celebrativas e de ascese. Com efeito, nos Atos dos apóstolos encontramos a pregação de Pedro aos judeus em Jerusalém, no dia de Pentecostes. O apóstolo irá nos apresentar nesse texto a importância do arrependimento pelos pecados cometidos, da conversão e da mudança de mentalidade e de comportamento como elemento fundamental da iniciação cristã (DANTAS, 2015, p. 79):

Saiba, portanto, com certeza, toda a casa de Israel: Deus o constituiu Senhor e Cristo, este Jesus a quem vós crucificastes. Ouvindo isto, eles sentiram o coração transpassados e perguntaram a Pedro e aos demais apóstolos: “Irmãos, que devemos fazer?” respondeu-lhes Pedro: “arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para a remissão dos vossos pecados. Então recebereis o dom do Espírito Santo. Pois para vós é a promessa, assim como ara vossos filhos e para aqueles que estão longe, isto é, para quantos o Senhor, nosso Deus, chamar”. Com muitas outras palavras conjurava-os e exortava-os, dizendo: “salvai-vos desta geração perversa”. Aqueles, pois, que acolheram sua palavra, fizeram-se batizar. E acrescentaram-se a eles, naquele dia, cerca de três mil pessoas. (At 2, 36-41).

Nos diz o catecismo: pelo batismo somos libertados do pecado e regenerados como filhos de Deus, nos tornamos membros de Cristo e somos incorporados a Igreja e feitos participantes de sua missão (CIC, 1213). Isso nos revela a autoridade de Jesus, porque executará o projeto de Deus, que é a reconciliação definitiva entre Deus e os homens: a nossa Salvação (CNBB, 2003, p. 34).

No começo da Igreja (cristianismo), o batismo era realizado como um banho regenerador. O cristão era interrogado três vezes a respeito da fé, no Pai, no Filho e no Espírito Santo, isso era realizado para dar o sentido de morrer para o pecado e ressuscitar com Cristo no batismo (BECKHAUSER, 1993, p.12), além do anúncio Kerigmatico central de Cristo, o chamado à conversão de vida e a consciência da santidade da vida cristã, “novo homem”. Isso será possível à medida que em sua realização como pessoa, ele se esforce, na sua união e

seguimento de Jesus Cristo. Ele deve atuar e desenvolver tudo aquilo que ele já é pelo batismo que recebeu e também pela sua fé. É um processo dinâmico a sua conversão, ela deve ser reiniciada e continuada todos os dias (RUBIO, 1989, p. 216).

O batismo com a respectiva confissão de fé trinitária era compreendido com libertação do pecado e como nascimento para uma vida nova. Anualmente, os cristãos renovam a recordação e o compromisso pessoal participando das celebrações de iniciação cristã dos catecúmenos eleitos. (DANTAS, 2015, p. 80).

São Paulo chama a atenção na carta aos Hebreus no capítulo 6 , referente a opção do catecúmeno a voltar o caminho de pecado.

De fato, é impossível que, para aqueles que foram iluminados⁶que saborearam o dom celeste, receberam o Espírito santo, experimentaram a beleza da palavra de Deus e as forças do mundo que há de vir e não obstante decaíram, que renovem a conversão a segunda vez, porque da sua parte crucificam novamente o Filho de Deus e o expõe às injúrias.(Hb 6, 4-6).

É possível que alguns cristãos caíam em pecados com culpas graves. Para estes, a misericórdia de Deus oferece uma segunda tabua de salvação. “o cristão pode fazer recurso a esta segunda tábua de salvação apenas uma vez na vida. “depois do primeiro salvamento do dilúvio da desgraça (pelo batismo), existe uma nova chance na penitência pós-batismal. (SCHNEIDER, 2000, pp. 274-275). Por está última razão, percebe-se uma tendencia na época a adia-la para o momento mais próximo da morte” (GIRBES, p. 380).

Todavia, eu te digo: se, depois desse chamado importante e solene, alguém, seduzido pelo diabo, cometer pecado, ele dispõe de uma só penitência; contudo, se peca repetidamente, ainda que se arrependa, a penitência será inútil para tal homem, pois dificilmente viverá. (HERMES, O Pastor 4, XXXI,6).

A Igreja tem uma tendência de penitência continua e ela ajuda através de seus pregadores e catequistas a necessidade de uma conversão diária, a necessidade de expiação dos pecados e da caridade como fonte de reconciliação e de santificação.

A quaresma se apresentava como um tempo particularmente importante, rico de penitência e de conversão para todos os cristãos. O jejum era instrumento importante de penitencia, que ajudava a manter os fieis em uma atmosfera pessoal e comunitária de conversão. (DANTAS, 2005, p. 83)

O período de penitência dependia da gravidade do pecado e do perfil do pecador. De duas a sete semanas (*Didascalia Apostolorum*), um período mais longo do que o catecumenato (Origenes), vinte anos, no caso de homicídios (Basílio Magno), distribuídos em quatro

⁶ Como os batizados eram chamados na Igreja primitiva.

penitencia: *flentes, audientes, substrati e consistentes* (GIRBES, 1993, p.382). tudo dependia do juízo do bispo, que levava em contas as decisões conciliares, a gravidade de culpa e o empenho dos penitentes. (DANTAS, 2005, p. 86). Abandonar o estado de penitência equivalia à apostasia da fé e implicava em excomunhão perpetua (FLORIO, 1993, p. 70).

A história da penitência eclesiástica é extremamente variada. Além das formas penitenciais oficiais, fazem parte da penitência, entre outras: advertências e admoestações mutua, aproximação de partidos em litígio, confissões mutuas dos pecados antes da celebração Eucarística, perdão pessoal, oração dos penitentes, intercessão da comunidade, trabalhos práticos, jejum, esmolas, o amor que encobre a ‘multidão dos pecados’ (SCHNEIDER, 2000, p.281)

2.3- A penitência pública

A partir do século III aparece com Tertuliano a institucionalização da penitência pública. Com o Tratado “A Penitência” Tertuliano faz um apelo à penitência sobretudo aos catecúmenos. “todo aquele que compreendeu o mistério do perdão dos pecados realizado no batismo, deve achar maravilhoso que o Senhor, em sua misericórdia, tenha ainda disposto de um novo perdão para quem recai”.

Prevendo, portanto, esses assaltos da virulência (diabólica), permite Deus que se abrisse ainda um pouco o portão do perdão, embora estivesse fechada e barrada pelo ferrolho do batismo; ele colocou no vestibulo uma segunda penitência, a fim de abrir, àqueles que baterem, uma vez somente, pois já é a segunda vez, e nunca mais depois. (TERTULIANO, VII,10,SC, nº 316, p.175)

O Sacramento da Penitência Pública permaneceu limitados aos pecados públicos e particularmente escandalosos, como o homicídio, sacrilégio e as maneiras graves de luxuria, como por exemplo, o adultério. A reforma carolíngia tentou restabelecer e revigorar a penitência pública ou canônica, ela chegou a enunciar o princípio: “para pecados públicos, penitência publica, para pecados privados, penitência privada”.

Os três pecados mais graves que emergem dos textos que conhecemos do III e IV séculos são a apostasia (abandono da fé, idolatria, sacrilégio e falso testemunho), o homicídio e a luxuria (fornicação e adultério), mas devemos recordar que existem variações consideráveis entre os textos, segundo a datação e sua proveniência. (FLORIO, 2003, p. 69)

O tempo da penitência era longo e proporcional a gravidade do pecado. Somente os pecados graves eram submetidos a penitência. Competia ao Bispo as principais decisões com referência a gravidade do pecado penitencial. Os Bispos contavam com a ajuda dos presbíteros na prática da reconciliação, que tinha como sinal necessário a imposição das mãos dos bispos e de seus colaboradores no ministério penitencial.

A reconciliação se realizava uma vez por ano, provavelmente na Vigílias Pascal. Mas, não se tarda em vê-la situada na quinta-feira santa em Roma e na Sexta-Feira Santa na Espanha, de modo que os penitentes reconciliados pudessem participar da eucaristia da Páscoa. A reconciliação era composta de quatro elementos: uma exortação do bispo, a imposição das mãos sobre cada penitente, uma ou mais oração em que se pedia para os penitentes o perdão de Deus e, uma oração da assembleia pelos penitentes. (DANTAS, 2015, p. 86).

O cumprimento a penitência se dava por um lado em jejum e macerações e, por outro, em participação nas liturgias penitenciais. Durante todo o tempo da penitência, a comunidade toda (presbíteros e fiéis) ora pelos penitentes. A medida em que o penitente ia cumprindo a penitência a ele imposta, o seu pecado é perdoado por Deus. Por isso o penitente é progressivamente reintegrado na liturgia, primeiro no fundo da Igreja, depois em outros lugares de onde assistirá às partes mais importantes da celebração. Ao fim da penitência comporta uma nova confissão ao bispo, primeira pública, depois mais discreta ou até mesmo secreta. Este julga o valor da penitência concluída. Numa liturgia final e solene, concede ao penitente a reconciliação e lhe dá de novo o acesso à eucaristia impondo-lhe as mãos, gesto cujo alcance é considerado equivalente ao batismo. O pecado então é desligado. (SESBOUE, 2005, p.96-97).

2.4- A penitência privada

No Concílio de Trento praticamente se estabelece a Penitência Privada, isto é, como única forma que permanece ainda aos nossos dias e que chamamos popularmente como “confissão”. Depois deste aparece a penitência de Reconciliação que não se trata de história, mas de um presente que estamos vivendo (DH 1995). As condições para que a pessoa receba o sacramento da Penitência Privada são: ser batizado, se arrepender do pecado cometido e manifestar verbalmente quais são os pecados e de preferência indicando também quantas vezes foram ele cometidos, porque de um lado excita o arrependimento e faz com que o confessor possa dar uma devida orientação ao penitente. (DH 1676).

E dentro desta característica da confissão são reconhecidos dois tipos de arrependimentos, os quais são primordiais para o desenvolvimento do processo penitencial que ocorrerá entre o fiel e o próprio Deus. Contrição, arrependimento pelos pecados; e atrição, arrependimento pelo temor; ambos são suficientes para a pessoa receber a absolvição (LEERS, 1988).

O primeiro destes atos, como já foi dito, é a contrição. “A contrição (ou arrependimento) exigida pela Igreja e pela própria natureza do sacramento da Penitência não é um movimento do apetite sensitivo, mas um ato da vontade”. O Concílio de Trento define a contrição como

certa “dor de alma e detestação do pecado cometido, com o propósito de não mais pecar” (DH, nº 1513), pelo que se entende que, para haver arrependimento, são necessários, ao mesmo tempo:

“Dor de alma, ou tristeza [...], proveniente do fato de que o pecado é apreendido, por uma deliberada consideração à luz da fé, como um mal para o pecador, a saber: como algo repugnante ao seu apetite racional deliberado (isto é, à vontade) [...].

A detestação”, que “é um ato deliberado e reprovativo da vontade, o qual consiste em que ao pecador desagrade ter cometido o pecado e gostaria de não tê-lo feito, razão por que se encontra disposto a remover suas sequelas funestas, a saber: a ofensa a Deus e o reato da pena contraída.

O propósito de não mais pecar”, que é “o movimento deliberado da vontade que se afasta do pecado, movimento que está implicitamente contido na dor”, ainda que seja possível, em termos absolutos, haver o propósito de evitar o pecado no futuro sem verdadeira contrição pelos cometidos no passado. (ZALBA, 1958, nº 1024)

Portanto, não obstante, é necessário que a contrição ainda que imperfeita ela proceda de algum motivo referente a Deus; não basta ao pecador doer-se do pecado simplesmente enquanto mal temporal, que lhe causa ou causou infâmia, doenças ou algum prejuízo material; nem enquanto se opõe unicamente à reta ordem da razão, por tratar-se de um ato ilegal ou imoderado, por exemplo: É necessário que, pelo arrependimento, o homem se converta a Deus, o que só é possível se o penitente doer-se do pecado enquanto mal oposto ou contrário a Ele.

Quer com dor perfeita (contrição propriamente dita), na medida em que o pecado ofende a Deus, sumamente bom e digno de ser amado sobre todas as coisas; Quer com dor imperfeita (atrição), na medida em que o pecado torna o homem merecedor do inferno; das penas do purgatório; das penas temporais desta vida, enquanto justamente infringidas por Deus; ou na medida em que é visto e odiado como mal contrário à ordem da justiça divina, isto é, aos mandamentos quer da lei natural, quer da lei divino-positiva, quer enfim das leis da Igreja por Ele instituída. (GENICOT, SALSMANS, Vol.2, p. 151-154, nº 235-240).

2.5- A penitência tarifada

Estendeu-se pelo Ocidente a partir de final do século VI. Incidiu na aplicação de taxas (ou tarifas) penitenciais que se têm de cumprir por cada pecado, depois de uma confissão detalhada que se realiza perante um sacerdote, guiado pelos catálogos, tornou-se a característica que mais sobressaiu neste tipo de Penitência (o que antes não acontecia). (CV II, 1987, p. 57).

Nessa forma de penitência o pecador devia seguir determinados requisitos para que, assim, pudesse voltar a participar da comunidade de forma completa, isto é,

participar da Sagrada Eucaristia. Esse tipo de Penitência incluía cinco momentos: Reconhecimento do pecado ou confissão; aplicação da taxa e aceitação das penitências; a saída do penitente; a realização das Penitências ou obras penitenciais durante o tempo requerido e o regresso do penitente para a Reconciliação e a Absolvição. (MAGGIONO, 1976, p. 111).

Este modelo penitencial se baseava sobre a relação culpa-pena. A penitência indicada pelo sacerdote ao penitente era calculada segundo a gravidade dos pecados cometidos (daí vem ser conhecida o nome penitência tarifada). A penitência eclesial se estende aos pecados veniais, pouco a pouco vai sendo abandonado a penitência canônica e a penitência passa a poder ser repetida (reiterabilidade). (FLORIO, 2003, p. 73).

Ao que diz respeito a penitência, que é a medida da alma, cremos que seja de máxima utilidade a todos os homens; assim como todos os sacerdotes estão de acordo em afirmar que os penitentes cada vez que tenham feito a confissão, seja-lhes dada a penitência. (CONCILIO DE CHALOM-SUR-SAÔNE, p.194).

2.6- A abordagem do Sacramento da Penitência no Concílio de Trento

Segundo o Concílio de Trento, os sacramentos devem ser revistos visando a norma básica de que a participação dos fiéis seja consciente, ativa e fácil, seja melhor e mais perfeitamente recitados, quer pelos sacerdotes, quer pelos demais membros da Igreja.

O concílio se interessa pelos dois lados a relação penitencial: o ato do ministro da Igreja (absolvição) constitui a forma do sacramento; os atos do penitente (contrição, confissão, satisfação) constituem a “quase matéria” (cf. cânone 4). O concílio de Trento invoca, a seu respeito, a “instituição divina” e voltará sempre ao “direito divino” daquilo que pertence à essência desse sacramento. Essa ênfase se mostra reservada a esse sacramento, talvez por causa da contestação luterana⁷. O efeito do sacramento é a “reconciliação com Deus”: Trento é, portanto, sensível a essa dimensão que será valorizada a partir do Vaticano II. (SESBOUÉ, 2005, p.155).

O mesmo concílio é influenciado pelo pensamento de Santo Tomas de Aquino, tem preocupação de oferecer um corpo doutrinal, tanto no caso do Sacramento da Penitência como no que se refere aos outros sacramentos, para esclarecer o pensamento Católico diante das

⁷ Martinho Lutero (1546) considerava a confissão como “algo excelente, precioso e grandioso”, mas a via deturpada pela prática da Igreja (especialmente por causa da obrigação da confissão completa): fizeram dela puro pavor e tortura infernal” (catecismo maior, WA 30/I,234,4s). os reformadores achavam que a importância decisiva que graça e fé têm no processo da justificação estava prejudicada pelo fato de, na teologia escolástica, as obras do penitente (arrependimento, confissão e obra de satisfação) serem consideradas elementos constitutivos do sacramento da penitência, e ainda pelo fato de a absolvição sacerdotal (ao invés de ser anúncio da graça) ser interpretada como ato judicial. (SCHNEIDER, 2000, p. 287).

inovações protestante. (BOROBIO, 1988, p. 471-472). Segundo Santo Tomas, dar a absolvição um valor puramente declaratório rompe, na prática, a unidade sacramental, em que a ação do homem não pode ser separada da de Deus se se deseja que haja sacramento. Usando as categorias de matéria e forma, uma exige a outra; a confissão exige a absolvição, e a absolvição pressupõe a confissão para formar assim uma realidade sacramental, denominada penitência. (CELAM, 2005, p. 218).

Trento chama-se matéria aquilo que a maior parte dos neoescolásticos chamava de matéria próxima do sacramento da penitência, quer dizer, os atos do penitente: contrição, confissão, satisfação (PEREIRA, 1988, p. 194). Em síntese o documento do CELAM aponta os pontos essenciais: a penitência-conversão sempre foi necessária ao homem. Para o cristão, ela se transforma num sacramento, pela instituição de Cristo. Depois, o fato do sacramento ter sido instituído por Cristo se deduz principalmente de Jo 20,22: “Recebam o Espírito Santo: àqueles que foram por vocês perdoados...”. Também, o sacramento se compõe de diferentes partes: uma constituída por todos os atos do penitente, que são a contrição (perfeita ou imperfeita), a confissão e a satisfação; a outra é constituída pelas palavras do ministro, que diz: “eu te absolvo...”. Além disso, a confissão é acusação integral, ou seja, completa, de “todos os pecados mortais” e das circunstâncias que podem modificar a espécie de pecado. Ela é declarada “necessária por direito divino a todos os que pecaram depois do batismo” e, como tal, é preciso considerá-la implícita na própria instituição do sacramento da penitência. Ademais, a absolvição dos pecados confessados não é apenas declaração de perdão dos pecados, ela atinge seu efeito (remissão dos pecados) à maneira de ato judicial, de modo que pode declarar extintos o delito e deixar livre o réu “absolvido”. Por fim, a satisfação que se impõe na penitência tem uma finalidade dupla: aceitação de uma pena (sofrimento dor), que se deve resgatar inteira ou parcialmente a pena ainda devida dos maus hábitos, cuja culpa recebeu a remissão mediante absolvição; meio de tornar mais cautelosos e vigilantes os pecadores no futuro, enquanto contribui para curar dos maus hábitos induzidos na alma com o pecado. (CELAM, 2005, p. 218-219).

2.7- A abordagem do Sacramento da Penitência no Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II ele irá seguir ao que se refere do ponto vista sacramental o Concílio de Trento, o que os padres conciliares irão realizar no Vaticano II é uma atualização “a fim de que se mantenha a sã tradição e assim mesmo se abra caminho para um legítimo processo” (SC, nº 23). Os contextos também têm que ser levado em consideração quando se

fala desses dois grandes concílios da Igreja. Trento foi uma resposta à Reforma Protestante, o Vaticano II “procura reformar a Igreja reconduzindo sua autocompreensão ao essencial e adaptando ou renovando suas práticas litúrgicas e evangelizadoras”. (SESBOUE, 2005, p. 233).

O Magistério do Concílio Vaticano II irá abordar o “Sacramento da Penitência” fazendo referência à reconciliação com Deus e com a Igreja, o concílio vai empregar o termo reconciliação para indicar assim a elevação do sacramento como um ou com muitos penitentes

Aqueles que se aproximam do sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram e, ao mesmo tempo, reconciliam-se com a Igreja que feriram pelo pecado, a qual procura leva-los à conversão pela caridade, pelo exemplo e pela oração. (LG, nº 11).

Na constituição *Sacrosanctum Concilium*, promulgada em dezembro de 1963, o Concílio Vaticano II solicita que o Ritual Romano seja revisto de modo que em seu conjunto o rito da Penitência possa expressar melhor a natureza e os efeitos do sacramento.

Revejam-se o rito e as fórmulas da penitência, de modo que expressem com mais clareza a natureza e o efeito deste sacramento. (SC, nº 72)

O Concílio irá fazer um chamado também para a eclesiologia do sacramento:

Àqueles que se aproximam do sacramento da Penitência, obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa a Ele feita e ao mesmo tempo reconciliam-se com a Igreja, que tinham ferido com o seu pecado, a qual, pela caridade, exemplo e oração, trabalha pela conversão. (LG, nº 11).

O Concílio irá situar apropriadamente a penitência entre os outros sacramentos da salvação, especialmente em relação com o batismo e a eucaristia. Ele delineia uma teologia e uma pastoral da reconciliação que foram desenvolvidas com fidelidade ao Rito. Principalmente ele lembra de modo oportuno a dimensão social do pecado e a dimensão eclesial do sacramento: “o pecador é reconciliado não só com Deus, mas também com toda Igreja, que ele feriu; e a Igreja inteira, que ele feriu; e a Igreja inteira, “por sua caridade, seu exemplo e sua oração”, exerce um papel na conversão e na reconciliação do pecador. Um vasto trabalho, programado de modo muito genérico, tinha sido confiado àquele que elaborariam um novo Ritual”. (ROUILLARD, 1999, nº 84).

2.8- A reconciliação e penitência no Sínodo de 1983

No dia 25 de setembro de 1981 foi anunciado que o Santo Padre o papa João Paulo II escolhera para o próximo Sínodo dos Bispos de 1983 o tema: "A Reconciliação e a Penitência

na missão da Igreja”. O santo Padre propõe a Igreja do mundo inteiro que faça uma reflexão sobre o sacramento da Reconciliação.

João Paulo II escrever seu documento começando por reconhecer a necessidade de compreender a grandeza e tudo o que permeia a Reconciliação, busca mostrar a iniciativa de Deus e a resposta do homem que se reconhecendo como pecador aos olhos de um Pai misericordioso, possa se aproximar do Sacramento da Reconciliação.

A exortação Apostólica pós-sinodal é a *Reconciliatio et Paenitentia*, onde o Papa João Paulo II, faz um convite a voltar a Deus e assim descobrir no sacramento da Reconciliação a aproximação com a pessoa de Jesus, que continuamente chama seus discípulos a encontrar a paz que só Ele é capaz de dar a quem a pede. Além disso, exorta o crente com as palavras do próprio Cristo, que nos impele a viver uma verdadeira conversão, acolhendo o evangelho como algo novo que torna o amar e ser adotados como verdadeiros filhos de Deus Pai Todo-Poderoso, buscando a unidade com todos os seres, onde numa verdadeira fraternidade próprio dos cristãos desde os primeiros tempos da Igreja nascente. (JOÃO PAULO II, 1984, nº 4).

O Papa João Paulo II esclarece que o Sacramento da Penitência é muito complexo e há uma relação inseparável entre a conversão que termina em penitência para alcançar a reconciliação com Deus transformando a vida do homem.

Em cada um destes significados, a penitência anda intimamente ligada com a reconciliação, uma vez que reconciliar-se com Deus, consigo mesmo e com os outros pressupõe que se supera a ruptura radical, que é o pecado; ora isto só se realiza através da transformação interior ou conversão, que frutifica na vida mediante os atos de penitência. (JOÃO PAULO II, 1984, nº 4).

São João Paulo II, diz-nos que a Igreja ao longo do tempo segundo o evangelho, pode-se distinguir que o homem adquiriu uma certa sensibilidade ou habilidade de reconhecer os diversos sinais do mal que levam à morte pelo pecado, ele irá chamar isso de sentido do pecado.

Além disso, este sentido do pecado está ligado à consciência do homem e à sua moral que está ligada ao sentido de Deus, pois o homem tem consciência de que Deus é seu criador, porém, em nossa história surgiram situações que confundiam a consciência moral correta do homem, como mencionado no referido documento: “Temos nós uma ideia justa da consciência? perguntava eu há dois anos num colóquio com os fiéis. Não vive o homem contemporâneo sob

a ameaça de um eclipse da consciência, de uma deformação da consciência e de um entorpecimento ou duma "anestesia" das consciências?”. (JOÃO PALO II, 1984, nº 18).

2.9- Considerações finais do capítulo

Podemos concluir nesse segundo capítulo que o homem definitivamente perde o sentido do pecado quando toma más decisões guiadas por seu orgulho, egoísmo e arrogância, onde ele acredita que está certo nas coisas que ele faz e pensa, o que não o ajuda em seu crescimento espiritual em relação a Deus e aos homens.

O documento *Reconciliatio et Penitentia*, afirma que há meios e vias para dar a conhecer ao penitente o sacramento da Penitência e a reconciliação são os seguintes: o diálogo, a catequese e os sacramentos e nós como batizados temos a missão que nos foi encarregada por Cristo.

Para promover a penitência e a reconciliação, a Igreja tem ao seu dispor dois meios, principalmente, que lhe foram confiados pelo seu próprio Fundador: a catequese e os Sacramentos. A utilização destes meios, considerada sempre pela Igreja plenamente conforme as exigências da sua missão salvífica e igualmente susceptível de corresponder as exigências e necessidades espirituais dos homens de todos os tempos, pode ser levada a efeito seguindo formas e modos antigos e novos, entre os quais será bom recordar, especialmente, o que, em continuidade com o meu Predecessor Paulo VI, podemos designar por método do diálogo. (JOÃO PALO II, 1984, nº 24).

Dito de outro modo, cada fiel que faz parte da Igreja pelo batismo, tem a missão de comunicar a toda humanidade o sacramento da penitência e da reconciliação através do diálogo, da catequese e dos sacramentos, certamente estes meios ajudarão a aprofundar o valor do sacramento da reconciliação. Tanto no Antigo como no Novo Testamento não havia a concepção de confissão dos pecados, mas sim o reconhecer-se pecador. Os homens serão por meio do batismo chamados participantes do mistério salvífico, são chamados a participar dessa vida nova, e assim, chamados “santos” (1 Pd 1, 16). “Os homens do século I ou II, cujos pecados eram perdoados não por um sacramento de penitência, mas pelo batismo” (ROUILLARD, 1999, p. 20). Entretanto, “há relatos no Novo Testamento que mostram a remissão dos pecados, o perdão mútuo e a atitude do próprio Cristo com os pecadores através de sua aproximação e gesto” (VIOLA, 1978, p. 80). Com efeito, observamos

que nos primeiros séculos não existia na Igreja uma disciplina uniforme sobre sacramento da reconciliação, o batismo recebido em idade adulta era o verdadeiro e único sacramento da remissão dos pecados. “O sinal sacramental clássico para a conversão e perdão dos pecados é o batismo”. (SCHNEIDER, 2000, p. 280). Nos primeiros séculos da Igreja a Liturgia Penitencial para a reconciliação era diferente como a conhecemos hoje, era necessário um certo tempo de penitência seguido de uma penitência pública até a difusão da penitência privada e os seus desdobramentos.

CAPÍTULO III

O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA E A MISERICÓRDIA NO PONTIFICADO DE FRANCISCO

Certamente, torna-se desafiador para o teólogo analisar o misterioso amor de Deus por este sulco que chamamos de sacramentos. Não à toa, à medida que a igreja avança na análise sobre o Sacramento da Penitência, tanto mais se enriquece com novas perspectivas sobre o mesmo tema, tirando desse tesouro “coisas novas e velhas” (Mt 13, 52). Com efeito, vimos no segundo capítulo o desenvolvimento canônico e litúrgico desse sacramento. Não teria também o Papa Francisco algo para acrescentar sobre a Confissão e o conceito de misericórdia? Por isso que neste terceiro e último pretendemos considerar a leitura do Sacramento da Penitência a partir da perspectiva da misericórdia considerando o que o Papa Francisco fala sobre esse conceito quando diz: “Tudo se revela na misericórdia” (FRANCISCO, 2016e).

3.1- O Sacramento da Penitência na vida de Jorge Mario Bergoglio

No pontificado de Francisco Misericórdia é a palavra-chave. Iremos ver como esse conceito se deu no processo de discernimento vocacional do então jovem Jorge Mario Bergoglio e como isso o influenciou o seu lema: “*Miserando atque Elegendo*”, e ainda nas primícias de sua eleição ele convocou em todo o mundo o Ano extraordinário da Misericórdia.

Podemos iniciar esse capítulo com a definição “A Igreja segue com a necessidade de anunciar e ser esse Sacramento visível do rosto da misericórdia de Deus”. e como essa definição tornou-se uma missão na vida e na história do Santo Padre o Papa Francisco. Nascido em Buenos Aires, Argentina no dia 17 de dezembro de 1936, Jorge Mario Bergoglio, filho de imigrantes italianos. Seu pai, Mario, era contador das ferroviárias e sua mãe, Regina Sivori, dona de casa. Jorge é o mais velho de cinco filhos: Oscar, Marta, Alberto e Maria Elena. Em uma entrevista com o vaticanista Andrea Tornielli, o Papa Francisco relata que ainda quando jovem por volta dos 17 anos ao passar pela igreja de São José decidiu entrar para fazer uma oração, ao ingressar na igreja, pediu para receber o Sacramento da reconciliação com o padre Duarte; Bergoglio relata que não foi apenas uma confissão, “mas foi o seu encontro pessoal com a Misericórdia e o amor de Deus, sentiu que tinha ido ao encontro de alguém que já o esperava, sentiu que algo em sua vida havia mudado”. Ao voltar para casa revelou a sua família, ainda sem saber ao certo o que significava, seu grande desejo: “quero e tenho que ser padre!” (FRANCISCO, 2016, p. 39-45 apud: TORNIELLI).

Depois de ingressar no seminário e percorrer uma longa jornada vocacional junto a Companhia de Jesus (Jesuítas) foi ordenado em 13 de dezembro de 1969, após exercer funções importantes como: mestre de noviços, superior geral, foi enviado para ser confessor e diretor espiritual na cidade de Córdoba que segundo ele foram dias de “escuridão e de sombras”, mas ao mesmo tempo foi onde ele se encontrou com Deus, o Papa considera essa etapa da vida uma “segunda conversão”. Foi ali então como confessor, que passou a anteder diversas pessoas de diversos tipos e classes sociais, cultivando em seu coração o desejo de salvar almas. No livro “o jesuíta” escrito pelos jornalistas Sergio Rubin e Francesca Ambrogetti, o então arcebispo de Buenos Aires revelou-nos sua profunda experiência de encontro com sua própria miséria e a misericórdia de Deus:

“a verdade é que sou um pecador a quem a misericórdia de Deus amou de um modo privilegiado. Desde jovem, a vida me colocou em cargos de governo, recém ordenado presbítero fui designado mestre de noviços, e depois anos e meio depois, provincial, tive de ir aprendendo durante o percurso, a partir dos meus erros, porque isso sim, erros cometi aos montes. Erros e pecados. Seria falso da minha parte dizer que hoje em dia peço perdão pelos pecados e ofensas que poderia ter cometido. Hoje, peço perdão pelos pecados e ofensas que realmente cometi”. (RUBIN, AMBROGETTI, 2010, p. 34).

Deste modo, Francisco filho desse tempo pós conciliar tem a missão teológica de anunciar essa misericórdia com quem teve um encontro, Após sua eleição como papa o Arcipreste da Basilica de São Pedro, Cardeal Angelo Comastri revelou-nos que o então Cardeal Jorge Mario Bergoglio aceitou ser papa com estas palavras: “Sou um grande pecador, confiando na misericórdia e na paciência de Deus, no sofrimento, aceito!”. (GUEILBURT, 2013)

No seu primeiro ângelus da janela do palácio apostólico, Francisco nos recorda que “Deus nunca se cansa de perdoar. Nunca!” Reforça, “o problema é que nós nos cansamos de pedir perdão”. Ou seja, ele nos anima a recorrer sempre a este sacramento e afirma ainda: “Ele é o Pai Amoroso que sempre perdoa, que tem esse coração misericordioso com todos” (FRANCISCO, 2013a).

A Igreja condena o pecado, porque deve dizer a verdade: isto é pecado! Mas ao mesmo tempo abraça o pecador que se reconhece como tal, o aproxima e fala com ele sobre a misericórdia infinita de Deus, na parábola do filho prodigo lá vemos que não se fala apenas de acolhida ou perdão, mas se fala de “festa” para o retorno do filho. A expressão da misericórdia é a alegria da festa, que encontramos bem expressa no evangelho de Lucas: “haverá mais alegria no céu por um só pecador se converte, do que por noventa e nove justos que não precisam de conversão (Lc 15, 7). Não diz: e se depois ele cair de novo, voltar para trás, cometer mais pecados, que se vire sozinho! Não, porque Jesus disse a Pedro, que lhe perguntaram

quantas vezes é preciso perdoar: “setenta vezes setenta vezes sete” (Mt 18,22), ou seja, sempre. [...]. Acompanhando o Senhor, a Igreja é chamada a transmitir a sua misericórdia a todos os que se reconhecem pecadores, responsáveis pelo mal praticado, que se sentem necessitados de perdão. A Igreja está no mundo não para condenar, mas para permitir o encontro com aquele amor visceral que é a misericórdia de Deus. Para que isso aconteça é necessário sair. Sair das igrejas e das paróquias, sair e ir ao encontro das pessoas lá onde elas vivem, onde sofrem, onde esperam. (FRANCISCO, 2016, p. 85-86).

Com isso, o sucessor de Pedro quer nos apresentar uma moral que é cristocêntrica e não legalista, que reconhece um amor misericordioso de Deus a todas as pessoas. Convida os confessores a fazer um novo exercício nos confessionários, onde passam a mostrar a misericórdia mesma de Deus e a reconhecer a autonomia de cada pessoa em cada ação moral.

3.2- Ensinaamentos do Papa Francisco sobre o Sacramento da Penitência

Na Igreja quando falamos de Sacramento da Penitência se tem o costume de voltar-se sempre para a Moral tradicional que se encontra conservada nos grandes tratados e manuais de comportamentos. Estes tratados examinam a gravidade de um ato cometido por cada indivíduo, que se acusa e enumera os pecados cometidos ao confessor e esse por sua vez aplica as leis. O que dá a entender de acordo com o que foi exposto é que o Sacramento da Penitência por via de regra tornou-se um sacramento baseado no legalismo e assumido como se “fosse uma carga que se deve suportar porque pensamos que é necessário para o perdão dos pecados e nada mais” (BOROBIO, 2009, p. 324).

Entretanto, esse Sacramento não se limita a ideia de se reconhecer pecador e estar longe dos planos de Deus. É acima de tudo um encontro cheio de bondade com um Deus rico em misericórdia. “Confessionários não é uma lavanderia onde se lavam os pecados ou uma sala de tortura para os fies católicos”. (FRANCISCO, 2016, p. 39-45) É diante disto que percebemos que o Sacramento da Penitência é um sinal profundo de conversão onde cada indivíduo diante dos seus pecados busca se reconciliar com Deus e com os irmãos. Ou seja, pecado e perdão nos fazem necessário entender numa perspectiva eclesial, entendendo isso tocaremos a essência do sacramento e de seu profundo significado, que é exprimir o sinal visível dentro da Igreja que é o próprio Cristo, Sacramento do Pai manifestado na comunidade em suas várias dimensões.

Assim, podemos afirmar que a comunidade eclesial seria o lugar concreto da infinita misericórdia de Deus, onde a humanidade, para viver este perdão, precisa constantemente se afastar daquilo que não faz parte do

projeto de Deus, que gera o pecado e como consequência o distanciamento do perdão de Deus. (BREUNING, cap.VIII).

Completando cinquenta anos após a concretização do Concílio Vaticano II como em novo pentecostes a Igreja se reuni a portas fechadas para eleger o novo “Bispo de Roma”, ele mesmo irá se intitular assim na sacada da basílica de São Pedro. Jorge Mario Bergoglio é sem dúvidas alguma, fruto dessa Igreja de Cristo que se remete diretamente a eclesiologia do Vaticano II, entretanto, Francisco também leva consigo do “fim do mundo” toda uma cultura e eclesiologia da Igreja latino-americana. Ele colaborou intensamente para o desenvolvimento da V Conferência do CELAM, em Aparecida. Por isso, “para compreender a eclesiologia do Papa Francisco é necessário entender as dimensões eclesiológicas que emanam do Vaticano II e da Conferência de Aparecida e, consequentemente, de suas inspirações também”. (CAVACA, 2014, p. 18).

Como vimos e veremos ao longe de todo esse capítulo o Santo Padre irá chamar a Igreja a ser “sempre misericordiosa” (EG), chamando cada cristão católico a abraçar a dinamicidade de uma vida no seguimento de Jesus Cristo, sendo suas testemunhas e colaboradores da misericórdia. Durante a missa de inauguração de seu pontificado com a entrega do palio pastoral e o anel do pescador, Francisco sinaliza a direção que a Igreja deverá seguir como característica do ministério petrino:

Hoje, celebramos o início do ministério do novo Bispo de Roma, Sucessor de Pedro, que inclui também um poder. É certo que Jesus Cristo deu um poder a Pedro, mas de que poder se trata? À tríplice pergunta de Jesus a Pedro sobre o amor, segue-se o tríplice convite: apascenta os meus cordeiros, apascenta as minhas ovelhas. Não esqueçamos jamais que o verdadeiro poder é o serviço, e que o próprio Papa, para exercer o poder, deve entrar sempre mais naquele serviço que tem o seu vértice luminoso na Cruz; deve olhar para o serviço humilde, concreto, rico de fé, de São José e, como ele, abrir os braços para guardar todo o Povo de Deus e acolher, com afeto e ternura, a humanidade inteira, especialmente os mais pobres, os mais fracos, os mais pequeninos, aqueles que Mateus descreve no Juízo final sobre a caridade: quem tem fome, sede, é estrangeiro, está nu, doente, na prisão (cf. Mt 25, 31-46). Apenas aqueles que servem com amor capaz de proteger. (FRANCISCO, 2014b).

Tal pronunciamento retratam a figura com que a Igreja da Misericórdia foi chamada a assumir como paradigma em vista de compreender a existência humana, sendo aberta e generosa a todos, colocando a pessoa humana em valor superior à instituição. Tornando-se mais acolhedora e aberta, mais humana e solidária.

Na audiência geral no dia 19 de fevereiro de 2014 na praça de São Pedro, o Santo Padre irá tratar sobre os sacramentos (batismo, eucaristia e confirmação, unção dos enfermos e

reconciliação), ele diz que através dos sacramentos da iniciação cristã “o homem recebe a vida nova em Cristo” e “todos nós recebemos e trazemos essa vida nova em Cristo como que em vasos de barro” (2 Cor 4, 7). Pois todos nós mesmo recebendo essa vida nova em Cristo ainda estamos submetidos ao pecado até que perdemos essa vida recebida. Por isso continua o santo Padre “o Senhor quis que a Igreja continuasse a sua Obra de salvação”, instituiu assim o sacramento da Reconciliação e Unção dos enfermos (sacramentos de cura), o Sacramento da Reconciliação é um “Sacramento de cura”. “Quando confesso meu pecado é para curar-me, curar minha alma, o meu coração”, Francisco usará a imagem da cura do paralisado (Mc 2,1-12; Mt 9, 1-8); Lc 5, 17-27), onde Jesus se revela médico das almas e ao mesmo tempo do corpo.

O Sacramento da Penitência e da Reconciliação brota diretamente do mistério pascal. Com efeito, na noite de Páscoa o Senhor apareceu aos discípulos, fechados no cenáculo e, depois de lhes dirigir a saudação: «A paz esteja convosco!», soprou sobre eles e disse: «Recebei o Espírito Santo! A quantos perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados» (Jo 20, 21-23). Este trecho revela a dinâmica mais profunda contida neste Sacramento. Antes de tudo, a constatação de que o perdão dos nossos pecados não é algo que podemos dar-nos a nós mesmos. Não posso dizer: perdoo os meus pecados. O perdão é pedido a outra pessoa, e na Confissão pedimos o perdão a Jesus. O perdão não é fruto dos nossos esforços, mas uma dádiva, um dom do Espírito Santo, que nos enche do lavacro de misericórdia e de graça que brota incessantemente do Coração aberto de Cristo Crucificado e Ressuscitado. Em segundo lugar, recorda-nos que só se nos deixarmos reconciliar no Senhor Jesus com o Pai e com os irmãos, conseguiremos verdadeiramente alcançar a paz. E todos nós sentimos isto no coração, quando nos confessamos com um peso na alma, com um pouco de tristeza; e quando recebemos o perdão de Jesus, alcançamos a paz, aquela paz da alma tão boa que somente Jesus nos pode dar, só Ele! (FRANCISCO, 2014c).

O Santo Padre faz uma catequese sobre a evolução da forma de celebração desse Sacramento, como vimos no capítulo anterior: o “Sacramento passou de uma forma pública para a pessoal, para a forma reservada da confissão”. Entretanto, Francisco ressalta a importância da comunidade eclesial como lugar de reconciliação, “a comunidade cristã é o lugar onde o Espírito se torna presente, que renova os corações no amor a Deus, fazendo de todos os irmãos um só em Jesus Cristo”. Continua, “eis, então, por que motivo não é suficiente pedir perdão ao Senhor na nossa mente e no coração, mas é necessário confessar humilde e confiadamente os nossos pecados aos ministros da Igreja”.

Na celebração deste Sacramento, o sacerdote não representa apenas Deus, mas toda a comunidade, que se reconhece na fragilidade de cada um dos seus membros, que ouve comovida o seu arrependimento, que se reconcilia com eles, os anima e acompanha ao longo do caminho de conversão e de amadurecimento humano e cristão. (FRANCISCO, 2014c).

O Bispo de Roma irá interrogar a todos: “Eu posso me confessar só a Deus?” Responde, “Sim, podes dizer a Deus “Perdoa-me”, e confessar os teus pecados”, mas nos recorda o Papa “os nossos pecados são cometidos também contra os irmãos, contra a Igreja. por isso, é necessário pedir perdão à Igreja, aos irmãos na pessoa do sacerdote”. “Mas padre, eu tenho vergonha”, é saudável sentir um pouco de vergonha, a vergonha nos torna humildes. O sacerdote nos receberá com amor e ternura está confissão e, em nome de Deus, perdoa, assim sentimos que desabafando diante de Deus. Celebrar o Sacramento da Reconciliação significa ser envolvido por um abraço caloroso: é o abraço da misericórdia infinita do Pai. Recordemos aquela bonita parábola do filho que foi embora de casa com o dinheiro da herança; esbanjou tudo e depois, quando já não tinha nada, decidiu voltar para casa, não como filho, mas como servo. Ele sentia muita culpa e muita vergonha no seu coração! Surpreendentemente, quando ele começou a falar, a pedir perdão, o pai não o deixou falar, mas abraçou-o, beijou-o e fez uma festa. E eu digo-vos: cada vez que nos confessamos, Deus abraça-nos, Deus faz festa! Vamos em frente por este caminho. (FRANCISCO, 2014c).

3.3- O Ano Santo da misericórdia

O Sumo Pontífice propõe para a Igreja uma cultura do encontro com a misericórdia, assim com o convite ao ano extraordinário da Misericórdia foi um momento para fomentar esta “cultura da misericórdia” (MM, nº 20). Francisco anuncia com a bula *Misericordie vultus* a abertura do Ano Santo da Misericórdia em 11 de abril de 2015 até de dezembro de 2016, 25 anos depois da *Dives in misericordia*, que foi escrita por João Paulo II que trazia como ideia principal que “é preciso que a Igreja do nosso tempo adquira mais profunda e particular consciência da necessidade de dar testemunho da misericórdia de Deus”. (DM, nº 13).

Queridos irmãos e irmãs, pensei muitas vezes no modo como a Igreja pode tornar mais evidente a sua missão de ser testemunha da misericórdia. É um caminho que começa com uma conversão espiritual: e devemos percorrer este caminho. Por isso, decidi proclamar um jubileu extraordinário que tenha no seu centro a misericórdia de Deus. será um Ano Santo da Misericórdia. Queremos vive-lo à luz da palavra do Senhor. Sede misericordiosos como o Pai (Lc 6,36). E isto sobretudo para os confessores! Muita misericórdia. (FRANCISCO, 2015d).

O ano extraordinário da misericórdia estabelece o “primado da misericórdia” como palavra-chave do Pontificado de Francisco e “regra de vida dos discípulos” que devem ser: “misericordiosos como o Pai é”, sendo esse o lema do Ano Santo (MV, nº 13).

A Igreja de Francisco quer ser reconhecida, antes de qualquer outro aspecto, como a casa de misericórdia, que, no que diz respeito ao diálogo entre a fraqueza dos homens e a paciência de Deus, acolhe, acompanha e

ajuda a encontrar a “boa notícia” da grande esperança cristã. Porque quem entra nessa casa e se deixa envolver da misericórdia de Deus, além de não se sentir sozinho e abandonado, descobre o significado de uma existência plena, iluminada pela fé e pelo amor do Deus vivo: Cristo morto e ressuscitado está sempre presente na Igreja. (BREUNING, 1976, p. 16).

Para o Papa “Jesus é o rosto da misericórdia do Pai”, constituindo como que uma síntese do “mistério da fé cristã”, e essa misericórdia torna-se viva, visível no Filho:

O Pai “rico em misericórdia” (Ef 2,4), depois de ter revelado o seu nome a Moisés como “Deus misericordioso e clemente, vagaroso na ira, cheio de bondade e fidelidade” (Ex 34,6), não cessou de dar a conhecer de vários modos e muitos momentos da história a sua natureza divina. Na “plenitude do tempo” (Gl 4,4), quando tudo estava pronto segundo o seu plano de salvação mandou o seu Filho nascido da Virgem Maria, para nos revelar, de modo definitivo, o seu amor. Quem o vê, vê o Pai (cf Jo 14,9). Com sua palavra, os seus gestos e toda sua pessoa, Jesus de Nazaré revela a misericórdia de Deus. (MV, nº 1).

O Papa Francisco com a Bula *Misericordiae vultus* fará uma união em continuidade com o magistério de São João Paulo II tomando como referência a expressão de que “o testemunho da misericórdia é ditado pelo amor pelo homem, por tudo aquilo que é humano. E essa profunda compaixão, esse profundo sentimento e necessidade de sanar e elevar a humanidade decaída” este é o principal traço que une claramente essa encíclica (DV) ao Ano da Misericórdia. (SERRETTI, 2015). Porém, diferente de João Paulo II que acentuou o crucificado, em Jesus de Nazaré, fazendo referência ao Pai “rico em misericórdia” Francisco não enfatiza a cruz mas a vida de Jesus em Nazaré que é “fonte de alegria, serenidade e paz”. A ênfase da misericórdia é vista pela iniciativa de Deus que “vem ao nosso encontro” e não pela obediência do Filho no sacrifício. Também se compõe a misericórdia como lei fundamental que mora no coração de cada pessoa” que “une Deus e o Homem” ao invés da lei que se limita a “colocar pesos sobre os ombros das pessoas, anulando, porém, a misericórdia do Pai” (MV, nº 13).

A misericórdia não é apenas um dos atributos de Deus, mas sua “própria natureza” e “a palavra-chave para indicar o agir de Deus para Conosco” e “sua responsabilidade por nós” que “deseja o nosso bem e quer ver nos felizes, cheios de alegria e serenos” e isso “deve orientar o amor o amor misericordioso dos cristãos”, “uns pra com os outros”. Aí reside a “credibilidade da igreja” que deve assumir o “comportamento do Filho de Deus que vai ao encontro de todos sem excluir ninguém” um “oásis de misericórdia” (MV, nº 7). Na misericórdia de Deus se manifesta de “modo especial a sua onipotência” e “Nele, nada há que seja desprovido de compaixão”, pois “sua pessoa não é senão amor, um amor que se dá gratuito” e “em todas as

circunstâncias, o que movia Jesus era apenas a misericórdia, com a qual lia no coração dos seus interlocutores e dava respostas às necessidades mais autênticas que tinham” (MV, nº 4-5).

Na *Dives in misericordia* se fala “dos pecadores” (DM nº 3; nº 8; nº 9), na *Misericordiae vultus* se fala do “nosso pecado”, o Santo Padre nos diz “todos nós fazemos experiência do pecado” e “carregamos na nossa vida as contradições que são consequências dos nossos pecados”, e Deus é quem “vem para nos salvar das condições de fraqueza em que vivemos” (MV, nº 1; nº 10; nº 14), e mesmo ao fazer a menção bíblica “aos pecadores” como alvo da misericórdia divina, explicita a diferença da justiça como “mera observância da lei, que julga dividindo as pessoas em justos e pecadores” e a pregação que “procura mostra o grande dom da misericórdia que busca os pecadores para lhes oferecer o perdão e a salvação”, uma “visão libertadora e fonte de renovação”, motivo pelo qual “tenha sido rejeitado pelos fariseus e doutores da lei”, “fieis à lei”. A “partilha da mesa com aqueles que a lei considera pecadores permite compreender até onde chega a sua misericórdia” (MV, nº 13).

Na Sagrada Escritura, como se vê, a misericórdia é a palavra-chave para indicar o agir de Deus para conosco. Ele não se limita a afirmar o seu amor, mas torna-o visível e palpável. Aliás, o amor nunca poderia ser uma palavra abstrata. Por sua própria natureza, é vida concreta: intenções, atitudes, comportamentos que se verificam na atividade de todos os dias. A misericórdia de Deus é a sua responsabilidade por nós. Ele sente-Se responsável, isto é, deseja o nosso bem e quer ver-nos felizes, cheios de alegria e serenos. E, em sintonia com isto, se deve orientar o amor misericordioso dos cristãos. Tal como ama o Pai, assim também amam os filhos. Tal como Ele é misericordioso, assim somos chamados também nós a ser misericordiosos uns para com os outros. (MV, nº 9).

A Constituição Dogmática do CVII *Gaudium et Spes* nos diz que todos devemos ser e atuar com a mesma misericórdia em que Deus age em nossa vida. “A Igreja vive o desejo inesgotável de oferecer a misericórdia”, nos recorda o Santo Padre na *Misericordia Vultus* (MV), Isto é o mesmo que dizer a Igreja não está sendo misericordiosa com os seus membros como deveria ser. Dai a necessidade de reformular a compreensão do Sacramento da Reconciliação desde uma moral cristocêntrica, e uma moral pós-conciliar.

Em tempos antigos se via no jejum algo muito importante, era uma boa forma de penitencia, e aqueles que por vezes não fazia teria algumas penas, mas Francisco nos pede outro jejum citando o Profeta Isaías:

“O jejum que me agrada é este: libertar os que foram presos injustamente, livrá-los do jugo que levam às costas, pôr em liberdade os oprimidos, quebrar toda a espécie de opressão, repartir o teu pão com os esfomeados, dar abrigo aos infelizes sem casa, atender e vestir os nus e não desprezar o teu irmão. Então, a tua luz surgirá como a aurora, e as tuas feridas não

tardarão a cicatrizar-se. A tua justiça irá à tua frente, e a glória do Senhor atrás de ti. Então invocarás o Senhor e Ele te atenderá, pedirás auxílio e te dirá: “Aqui estou!” (MV, nº17)

Com isso se entende o porquê o Papa escreve: Não me cansarei jamais de insistir com os confessores para que sejam um verdadeiro sinal da misericórdia do Pai (MV, nº 17), todavia nas confissões ainda não se entende que é uma ação compassiva a partir do mesmo olhar que Deus tem para com seus filhos. Nos adverte Francisco: “os confessores são chamados a ser sempre e por todo o lado, em cada situação e apesar de tudo, o sinal do primado da misericórdia” (MV, nº 17).

Se a Igreja é de fato Igreja de Cristo não pode ser uma Igreja que condena os seus membros, Santo Padre é claro, cada vez que alguém tiver a necessidade poderá vir a ela, porque “a misericórdia de Deus não tem limites”. (MV, nº 25). Por mais pecadores que sejamos sempre haverá uma atitude de misericórdia por parte de Deus, e nós como cristãos devemos ser reflexo deste olhar paterno. “recordai, Senhor meu Deus, vossa ternura e a vossa compaixão que são eternas” (Sl 25,6). E como disse Jesus: “Aquele que não tiver pecados, que atire a primeira pedra” (Jo 8,7). Francisco nos pede uma dinâmica para superar a tentação do auto referencialidade eclesial:

Que ele [Ano Santo] nos torne mais abertos ao diálogo, para melhor nos conhecermos e compreendemos; elimina todas as formas de fechamento e desprezo e expulse as formas de violência e discriminação (MV, nº 15).

No encerramento do Ano jubilar da Misericórdia, ao fazer então referência ao Evangelho de São Joao 8, 1-11 comentado por Santo Agostinho que “ficaram apenas eles dois” a “miséria e a misericórdia”, Francisco acentua que no “centro” da história da pessoa está “o amor de Deus” que “sabe ler no coração de cada pessoa incluindo o seu desejo mais oculto e que deve ter a primazia sobre tudo”. Jesus “leu no coração “ da mulher pecadora e “lá encontrou o desejo de ser compreendida, perdoada e libertada”. Não condenou mas responde com um “longo silencio”, cujo intuito é deixar emergir a voz de Deus na consciência. Não condenar ajuda “olhar para o futuro com esperança, pronta a recomeçar a sua vida” para “proceder no amor”. Embora permaneça a “condição de fraqueza” ela é dominada pelo “amor que consente olhar mais além e viver de maneira diferente” (MM, nº 1).

Deste modo, para o Bispo de Roma, o que acentua o amor é o perdão “que é sinal mais visível do amor do pai” (MM, nº 2) e não o cumprimento de norma como expressão de um valor. Dada essa mudança de imperativo é “por este motivo que nenhum de nós pode pôr condições à misericórdia”, que deve sempre permanecer um “ato de gratuidade”, um “amor

incondicional e não merecido”, ao “amor com que Deus entra na vida de cada pessoa”. A experiência de Deus rompe na vida da pessoa o “círculo de egoísmo” para transformar em “instrumento de misericórdia”, a experiência de misericórdia gera “alegria” e “serenidade” para não a perder nas “várias aflições e preocupações” (MM, nº 3). O amor de Deus sempre “precede, acompanha e permanece conosco, não obstante o nosso pecado” (MM, nº 5).

No âmbito eclesial litúrgico também se busca o resgate da dinâmica mistagogia em que o caminho de reconciliação com Deus deve ser “respeitado com paciência” o “passo” do penitente (MM, nº 10), em que o confessor deve manter consciência de “pecador mas ministro da misericórdia” (MM, nº 10), “mesmo nos casos mais complexos, onde se é tentado a fazer prevalecer uma justiça que deriva apenas de normas, deve-se crer na força que brota da graça divina” (MM, nº 11), pois “Deus nunca está longe quando se vivem estes dramas” (MM, nº 13), e não raro “é o perdão que pode ser obtido, começando antes de mais nada por viver a caridade” (MM, nº 8).

A Igreja pós CVT II, segue com a necessidade de anunciar e ser o verdadeiro rosto da misericórdia de Deus. daí a necessidade de superar a perspectiva legalista e casuística. Para compreender verdadeiramente a proposta de Francisco para o jubileu extraordinário da Misericórdia, temos que ter claro a postura a ser tomada, se uma postura legalista ou se é de uma postura dentro das perspectivas do Vaticano II. Sendo da segunda perspectiva resulta fácil uma relação entre a bula *Misericordiae vultus* com a perspectiva moral pós conciliar que deixa de dar ênfase no cumprimento da lei.

Nossa Igreja deve ser aquela que sai para buscar o mais débeis, pecadores, e a eles dar todo esse amor, pois ele necessita de uma verdadeira ação de misericórdia, não para os fortes e sim para os marginalizados. Devemos ser misericordiosos como o Pai (Lc 6,36) e optar por um verdadeiro seguimento a Cristo, que dá uma resposta a vocação recebida.

Tampouco devemos julgar, como nos mostra o documento conciliar *Gaudium Spes* (nº 16). Deus nos fala no mais profundo da consciência humana, e ninguém é digno de julgar as ações das pessoas. “A consciência é o núcleo, mas secreto e sagrado do homem, em que ele se sente sozinho com Deus, cuja voz ressoa no seu íntimo” (VIDAL, 1999, p. 363). Se tem alguém que pode julgar a pessoa e sua consciência, este é o próprio Deus.

No fundo da própria consciência, o homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faz isto, evita aquilo. O homem tem no coração

uma lei escrita pelo próprio Deus; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será julgado. A consciência é o centro mais secreto e o santuário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos aos demais homens, no dever de buscar a verdade e de nela resolver tantos problemas morais que surgem na vida individual e social. Quanto mais, portanto, prevalecer a reta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos estarão longe da arbitrariedade cega e procurarão conformar-se com as normas objetivas da moralidade. (GS, nº 16).

Como batizados, podemos e devemos colaborar com as mediações de misericórdia, pois cada pessoa vai fazendo na sua vida essa experiência pessoal com esse amor misericordioso. Sendo assim, podemos olhar as pessoas em sua totalidade, em seu seguimento a Cristo. O próprio Senhor faz mais observância a fé do que a lei. Dizia Jesus a seus discípulos “Ide, pois, e aprendei o que significa: misericórdia quero, e não o sacrifício. Com efeito, eu não vim chamar os justos, mas pecadores”. (Mt 9,13). Devemos aprender que o que é a misericórdia, dado que seguimos com uma mentalidade legalista, de pecados mortais, esquecendo um seguimento livre e consciente a Cristo. Jesus busca os pecadores e os chamam a misericórdia, pois, não os julga, mas proporciona um encontro pessoal com um Deus rico em misericórdia. A justiça de Deus se converte agora em libertação para quem estiver oprimido pela escravidão do pecado e suas consequências “A justiça de Deus é seu perdão” (Sl 51, 11-16).

A misericórdia não é contrária à justiça, mas exprime o comportamento de Deus para com o pecador, oferecendo-lhe uma nova possibilidade de se arrepender, converter e acreditar. (MV, nº 16).

Em uma de suas catequese no Ano da misericórdia o Papa Francisco fala-nos de como “O pecado é deverás uma expressão da recusa do amor de Deus, muitas vezes pensamos que os nossos pecados afastam o Senhor de nós, mas na realidade, pecando, somos nós que nos afastamos d’Ele.”, “o pecado aumenta cada vez mais uma distância entre nós e Deus, e esta pode tornasse um abismo. Contudo, Jesus vem procurar-nos como um bom pastor que não se contenta enquanto não encontra a ovelha perdida (Lc 15, 4-6). Ele reconstrói a ponte que nos une ao Pai e nos permite reencontrar a dignidade de filhos”. Com a oferta da sua vida reconciliou-nos com o Pai e deu-nos a vida eterna. Por isso o Santo Padre nos faz um convite a deixar-se reconciliar com Deus, para nos tornarmos novas criaturas e assim poderemos irradiar a sua misericórdia entre os irmãos, no meio do povo.

“Reconciliai-vos com Deus!” (2 Cor 5, 20): a admoestação que o apóstolo Paulo dirigiu aos primeiros cristãos de Corinto é válida hoje, com o mesmo vigor e convicção, para todos nós. Deixemo-nos reconciliar com Deus! Este Jubileu da Misericórdia é um tempo de reconciliação para todos.

Muitas pessoas gostariam de se reconciliar com Deus mas não se sentem dignas, ou não querem admiti-lo nem sequer a si mesmas. Fazer experiência da reconciliação com Deus permite descobrir a necessidade de outras formas de reconciliação: nas famílias, nos relacionamentos interpessoais, nas comunidades eclesiais, assim como nas relações sociais e internacionais. (FRANCSICO, 2016f).

Exorta o Santo Padre com o evangelho de Lucas (6, 36-38), trecho esse que inspirou o lema do Ano Extraordinário da Misericórdia: “Sede misericordiosos como vosso Pai é misericordioso” não se trata de um slogan de efeito, diz o Papa, mas sim é antes de tudo um compromisso de vida. No evangelho de Mateus Jesus diz: “sede, pois, perfeitos como é perfeito o vosso Pai que está nos céus” (Mt 5, 48). No sermão da montanha o Senhor ensina que a perfeição consiste no amor, cumprimento de todos os preceitos da Lei. Lucas explica diz o Santo Padre: “a perfeição é o amor misericordioso: ser perfeito significa ser misericordioso”.

Alguém que não é misericordioso é perfeito? Não! É boa a pessoa que não é misericordiosa? Não! A bondade e a perfeição radicam-se na misericórdia. Sem dúvida, Deus é perfeito. No entanto, se o considerarmos assim, para os homens será impossível tender para esta perfeição absoluta. Contudo, tê-lo diante dos olhos como misericordioso permite-nos entender melhor em que consiste a sua perfeição, impelindo-nos a ser como Ele, cheios de amor, compaixão, misericórdia. Mas questiono-me: são realistas as palavras de Jesus? É realmente possível amar como Deus ama, ser misericordioso como Ele? (FRANCISCO, 2016g).

Na história da salvação veremos que toda a revelação de Deus é amor “incessante e incansável” pelos homens. A morte de seu filho na cruz é o ápice da história de amor de Deus pelo homem. Um amor tão grande que só Deus o pode concretizar. “Jesus convida os seus discípulos para serem sinais, canais, testemunhas da sua misericórdia”. Ou seja, a Igreja não pode deixar de ser sacramento da misericórdia de Deus no mundo, em todos os tempos e para a humanidade inteira. “cada cristão está chamado a ser testemunha da misericórdia, e isto acontece no caminho da santidade” (FRANCISCO, 2016g).

“Não julgueis e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados, perdoai e sereis perdoado” com essa passagem diz-nos Francisco: “a misericórdia exprime-se antes de tudo no perdão”. “o perdão é o pilar que sustenta a vida da comunidade cristã, porque é nele que se manifesta a gratuidade do amor com que Deus no amou primeiro.” O cristão deve perdoar! Porque foi perdoado. Nos lembra o santo Padre que é isso que recitamos na oração do Pai-Nosso: “perdoai-nos os nossos pecados, perdoai-nos as ofensas, perdoar tantas coisas, porque nós fomos perdoamos a quem nos tem ofendido”

Santo Padre irá propor `nós e à Igreja um segundo pilar: doar. “Perdoar é o primeiro pilar, doar é o segundo. Dai e ser-vos-á dado. Também vós sereis julgados a medida com que medires”. Deus doa-nos muito além do que merecemos, mas será ainda mais generoso com quantos, aqui na terra, tiverem sido generosos. “A medida em que se recebe de Deus, dá-se ao irmão, e na medida em que se dá ao irmão, recebe de Deus”

Por ultimo e não menos importante, Francisco projetou o seu pontificado na Igreja do Vaticano II e na Igreja Latino Americana (CELAM) de quem é fruto e carrega consigo sua opção preferencial pelos pobres, fala-nos que “a Cultura da misericórdia forma-se na oração assídua, na abertura dócil à ação do Espírito, na fraternidade com a vida dos santos” é também “na solidariedade concreta para com os pobres” (MM, nº 20), que o “caráter social da misericórdia” se manifesta e “exige que não permaneçamos inertes mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia para os planos e os projetos não fiquem letra morta” e “ para que a justiça e uma vida digna não permaneçam meras palavras de circunstâncias, mas sejam o compromisso concreto de quem pretende testemunhar a presença do Reino de Deus” (MM, nº 19).

A cultura da misericórdia em Francisco visa aumentar tanto a solidariedade quanto a justiça de uma vida digna promovendo uma sensibilidade a fim de “não desviar o olhar das novas formas de pobreza e marginalização que impede às pessoas de viverem com dignidade. (MM, nº 19). Diz Francisco: “Não podemos esquecer-nos dos pobres; trata-se dum convite hoje mais atual do que nunca, que se impõe pela sua evidência evangélica” (MM, nº 20). É a “opção pelos pobres” como “categoria teológica”, pois é Deus que concede “sua primeira misericórdia”. Esta “preferência divina” como disse o Papa Bento XVI “são os pobres os destinatários privilegiados do Evangelho”, é está “opção pelos últimos que a sociedade descarta e lança fora” (EG, nº 195) que evita a “tentação de se limitar a fazer a ‘teoria da misericórdia’ tentação que é superada na medida em que está se faz vida diária de participação e partição’, que é “aspecto essencial” da missão e “de toda a vida cristã”.

Está cultura da misericórdia e opção preferencial pelos pobres é expreso no encerramento do jubileu Extraordinário da Misericórdia instituindo o “Dia mundial dos Pobres” no XXXIII Domingo do Tempo Comum afim de refletir como a pobreza está no centro do Evangelho e nos convida a tomar consciência de que não poderá haver justiça nem paz social enquanto Lazaro está deitado à porta de nossa casa. (Lc 16, 19-21) (MM, nº 21).

3.4 - Considerações finais do capítulo

Podemos concluir nesse capítulo que a misericórdia é um tema central no pontificado do Papa Francisco o “Bispo de Roma”, para ele a misericórdia é a experiência que todos devem cultivar na sua vida., a misericórdia é o coração de Deus que sempre deixa aberto para uma possibilidade, é uma atitude divina que abraça, é o doar-se de Deus que acolhe, que se dedica a perdoar. A misericórdia não pode ser uma palavra abstrata, longe, mas um rosto para reconhecer e servir, o Santo Padre fala também sobre a importância e a necessidade desse encontro em nossas vidas de filhos de Deus e de como podemos com nossas obras mostrá-la aos irmãos na comunidade cristã e na sociedade.

A misericórdia é algo que vem de Deus, mas não só isso, é a identidade própria de Deus, Deus de misericórdia, Deus misericordioso; e é algo que devemos oferecer a todos, especialmente aos que estão sofrendo e estão marginalizados. Francisco nos fala da importância da compaixão e do perdão como ferramentas para manifestar a misericórdia. A ação concreta que demonstra essa relação de Francisco com a misericórdia foi a proclamação do Ano extraordinário da Misericórdia 2015-2016. Durante esse tempo o Papa convidou seus filhos e filhas, toda a Igreja e todas as pessoas de boa vontade a mostrar a misericórdia em suas vidas.

Partindo do que foi levantado acima, podemos dizer que o papa está no espírito de continuidade do que propõe o Concílio Vaticano II ou seja, Francisco não quer nos apresentar uma novidade, mas um retomar, pois como ele mesmo diz no seu primeiro ângelus citando o Cardeal Walter Kasper: “Misericórdia é a substância mesmo do Evangelho”. (FRANCISCO, 2013a).

Isso se evidenciará ainda mais ao longo de seu pontificado com os documentos, homilias e catequeses por ele proferido seja no horizonte da missão eclesial com a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (2013), na abertura do Ano Extraordinário da Misericórdia com a Bula de Proclamação *Misericordiae vultus* (2015), sobre o cuidado da casa comum com a Carta Encíclica *Laudato si* (2015), na exortação Pós-Sinodal do Sínodo da Família *Amores Laetitia* (2016), a misericórdia perpassa em todas elas.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, analisamos o sacramento da penitência, um dos sete sacramentos da Igreja Católica, que tem como objetivo reconciliar o fiel com Deus e com a comunidade cristã. Através da confissão, o penitente assume a responsabilidade por seus pecados e recebe a absolvição do sacerdote, que age em nome de Cristo.

Analisamos as abordagens teológicas sobre o conceito de pecado e perdão, enfatizando a sua importância do Sacramento como meio de renovação espiritual. Também apresentamos brevemente a história do sacramento da penitência, desde suas origens nos primeiros séculos da Igreja até sua atualidade, destacando as mudanças significativas que ocorreram em sua prática e compreensão ao longo do tempo.

Se no Antigo Testamento o pecado é visto, sobretudo, enquanto falha moral que quebra a Aliança entre Deus e Israel, o perdão será buscado por meio rituais de expiação. De acordo com a lei judaica, certos pecados exigiam a oferta de um sacrifício para serem perdoados. O animal, escolhido para o sacrifício, deveria ser sem defeito e oferecido no altar do templo em Jerusalém. No Novo Testamento há uma nova lei que rege o perdão dos pecados; a sua causa material é o Sacrifício de Cristo na Cruz, meio pelo qual a Misericórdia de Deus atua no coração dos contritos.

Além disso, como vimos, o processo da reconciliação incluía uma confissão de pecados e um pedido de perdão por parte da pessoa que causou a ofensa. A outra parte envolvida era encorajada a perdoar e a trabalhar para a restauração do relacionamento. Em alguns casos, os líderes da igreja eram envolvidos para ajudar a mediar. Conforme lemos na carta de São Paulo aos Coríntios, ele aborda um conflito na igreja entre membros. Paulo encoraja a resolverem suas diferenças internamente e a perdoarem um ao outro em vez de buscar a justiça secular.

“No entanto, acontece que um irmão entra em litígio contra seu irmão... entretanto, ao contrário, sois vós que cometeis injustiças e desfraldais e isto contra vossos irmãos” (1 Cor 6, 6-8).

A reconciliação era vista como um processo contínuo e vital para manter a unidade e a saúde da comunidade cristã. Paulo escreveu também aos Efésios, aconselhando que “procurem conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz” (Ef 4, 3). A reconciliação foi um ponto importante e frequente no Novo Testamento e permanece essencial para a prática cristã no mundo de hoje.

O Sacramento da Reconciliação e o conceito de misericórdia do Papa Francisco estão intimamente ligados. A Confissão é uma prática sacramental importante para a Igreja Católica, que permite aos fiéis se confessarem os seus pecados e receberem a misericórdia de Deus através da absolvição. Durante seus anos no pontificado, o Papa Francisco tem enfatizado a importância da misericórdia, encorajando os católicos a serem mais compassivos e amorosos em suas interações com os outros. Através de suas palavras e ações, o Papa Francisco tem inspirado fiéis em todo o mundo a abraçarem a misericórdia e servirem como agentes de reconciliação neste mundo. Como tal, o Sacramento da Reconciliação e o conceito de misericórdia do Papa Francisco são fundamentais para a fé católica e para a vida dos cristãos que buscam seguir o exemplo de Jesus Cristo.

É essencial que os indivíduos busquem a misericórdia de Deus através do sacramento da reconciliação e, ao mesmo tempo, pratiquem a misericórdia em suas próprias vidas, a fim de se tornarem instrumentos de cura e reconciliação em suas comunidades. À medida que a Igreja Católica avança, é imperativo que os fiéis abracem a mensagem de misericórdia e reconciliação do Papa Francisco e se empenhem em aplicar esses valores em suas vidas diárias. Através da prática da misericórdia e da recepção do sacramento da reconciliação, os fiéis podem se tornar o povo de Deus que é chamado a levar a luz da misericórdia e a paz de Cristo ao mundo.

Além disso, a prática da misericórdia também envolve a atenção e cuidado com os mais vulneráveis da sociedade, como os pobres, os doentes, os idosos e os marginalizados. Através da solidariedade e da compaixão, todos os cristãos são chamados a serem agentes de mudança e transformação na sociedade, promovendo a justiça e a dignidade humana.

A fé cristã se enraíza na mensagem de amor e perdão de Jesus Cristo, que nos chama para amar ao próximo como a nós mesmos e perdoar nossos inimigos. Quando abraçamos a misericórdia como um valor central de nossa fé, estamos expressando nossa confiança em Deus e em Sua capacidade de curar e transformar nossas vidas.

Com esta pesquisa, foi possível verificar que o Sacramento da Misericórdia é de importância vital para os cristãos, pois possibilita a reconciliação com Deus e com a comunidade. Através do Sacramento da Confissão, o fiel é convidado a reconhecer seus pecados diante de Deus, a expressar seu arrependimento sincero e a receber o perdão divino, manifestado pelo sacerdote em nome de Jesus Cristo.

Este sacramento é também um meio eficaz para a missão da Igreja de promover a paz e a justiça social, pois implica em reconhecer as próprias falhas e limitações, pedir perdão a Deus e ao próximo e, assim, estabelecer relações mais saudáveis e fraternas entre os membros da comunidade. Destaca-se, ainda, a importância de que os padres sejam bem-preparados para exercer o ministério da reconciliação de forma acolhedora, compassiva e confidencial, valorizando a condição de pecador do penitente e ajudando-o a encontrar o caminho de volta para Deus.

Por fim, conclui-se que o Sacramento da Misericórdia é um dos grandes tesouros da Igreja Católica, que deve ser valorizado e celebrado com alegria e amor, pois representa a graça de Deus que restaura, perdoa e renova a vida dos cristãos. Que a Misericórdia Divina continue a ser derramada sobre toda a humanidade, de modo que cada pessoa possa experimentar a alegria de voltar para o Pai e de viver de acordo com sua vontade.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, **Coleção Patrística: A Graça**. vol. 10, 12 e 13, ed. Paulus, São Paulo, 2013.
- AMBROSIO, **Coleção Patrística: Sobre a Penitência**, vol. 2, ed. Paulus, São Paulo, 2006.
- BENTO XVI. **Encontro e Celebração das Vésperas com os bispos do Brasil, discurso do papa Bento XVI**. Catedral da Sé: São Paulo. 11 de maio de 2007. Disponível em <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070511_bishops-brazil.html> acesso em 20/10/2022.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. 6ª impressão Coordenação Editorial José Bertolini. São Paulo: Paulus, 2010.
- BOROBIO, Dionísio. **Celebrar para viver**. Liturgia e Sacramentos da Igreja, ed. Loyola, São Paulo, 2009.
- BREUNING, Wilhelm. **Jesus Cristo, o Salvador**. São Paulo: Loyola, 1972.
- BRUNO, S. e GOFFI T. **Curso de Espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, 1994.
- CATECISMO DA IGREJA CATOLICA**. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- CAVACA, Omar. **Uma eclesiologia chamada Francisco**. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/19221/15080>> acesso em 28/03/2023.
- CAVALCANTE, R. **Espiritualidade cristã na história. Das origens até Santo Agostinho**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- CINTRA, L, F. **A Misericórdia Divina**. 2ª ed. São Paulo: Quadrante, 2015.
- CÓDIGO, de Direito Canônico**. São Paulo: Loyola, 200.
- CONCÍLIO DE TRENTO. **Decreto sobre o pecado original**. In: DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Peter (orgs.). **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral**. 43ª ed. São Paulo: Loyola, 2017.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Dogmatica Lumen Gentium: Sobre a Igreja**. São Paulo: Paulus, 1997.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição Sacrosanctum Concilium: Sobre a Sagrada Liturgia**. São Paulo: Paulus, 1997.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto Ad Gentes: sobre a atividade Missionária na Igreja**. São Paulo: Paulus, 1997.
- DANTAS, João Paulo M. **Por Cristo fomos curados**. 4ª ed. São Paulo: Ecclesiae, 2015.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Deixa-vos reconciliar**. São Paulo: CNBB, 2007.

- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO, **O Sacerdote Ministro da Misericórdia divina, subsídio para os confessores e diretores espirituais, documentos da Igreja**. 8ª ed. São Paulo: CNBB, 2011.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA NOVA EVANGELIZAÇÃO, **A confissão Sacramento da Misericórdia**. São Paulo: Paulinas-Paulus, 2016.
- DENZINGER, H. **Compêndio de símbolos, definições e declarações de fé e moral**. São Paulo: Paulinas/ Loyola, 2007.
- DICIONÁRIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Dirigido por João Décio Passos e Wagner Lopes Sanchez. São Paulo: Paulus, 2011
- DIONÍSIO, Borobio. **Celebrar para viver: Liturgia sacramental da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2003.
- FARIAS, F. J. J. **A Unção dos Doentes**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.
- FERNÁNDES, C. **Manual de Liturgia II: CELAM: a celebração do mistério pascal: Fundamentos teológicos e elementos constitutivos**. São Paulo: Paulus, 2005.
- FERREIRA, A. B. de H. 2004. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FLÓREZ, G. **Penitência e unção dos enfermos**. São Paulo: Paulinas, 2007.
- FLORIO, M. **O sacramento da Penitência**. Bolonha, 2003.
- FRANSICO. **Carta Encíclica Misericordia et misera**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- FRANCISCO. **Angelus**. Praça de São Pedro. Domingo, 17 de março de 2013a. Disponível em <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2013/documents/papa-francesco_angelus_20130317.html > acesso 14/03/2023.
- FRANCISCO. **Homilia, abertura do pontificado**. Praça de São Pedro. Solenidade de São José: 19 de março de 2013b. Disponível em <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2014/documents/papa-francesco_20130319_omela-inizio.pontificato.html> acesso em 08/03/2023.
- FRANCISCO. **Audiência Geral**. Praça São de Pedro. 19 de fevereiro de 2014. Disponível em <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2014/documents/papa-francesco_20140219_udienza-generale.html>acesso em 10/03/2023.
- FRANCISCO. **Bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia**. Misericordiae Vultus. São Paulo: Loyola, 2015c.
- FRANCISCO. **Homilia do Papa Francisco, Celebração da Penitência**. Basílica Vaticana. 13 de março de 2015d. Disponível em <http://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2015/documents/papa-francesco_20150313_omela-liturgia-penitenziale.html > acesso em 05/03/2023.

- FRANCISCO. **Audiência Jubilar**. Praça de São Pedro. 30 de abril de 2016g. Disponível em < http://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2016/documents/papa-francesco_20160430_udienza-generale.html > acesso em 15/04/2023.
- FRANCISCO. **Audiência Geral**. Praça São Pedro. 21 de setembro de 2016e. Disponível em < http://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2016/documents/papa-francesco_20160921_udienza-generale.html > acesso em 15/04/2023.
- GIRBES, E. A, **Penitência**, in: D. Borobio (org), *A Celebração na Igreja* vol. II – sacramentos, São Paulo 1993.
- GUEILBURT, Matias. **O papa do fim do mundo**. [Documentário]. Argentina: Bodega Films, 2013.
- HAFFNER, P. **El Mistério Sacramental**, Leominster 2007.
- HUMES, Claudio. **Papa Francisco e Apóstolo Paulo: lâmpadas no caminho**. São Paulo: ed. Paulus, 2015. p. 22
- JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Dives in Misericordia**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica “Misericordia Dei”. Sobre alguns aspectos da celebração do Sacramento da Penitência**. São Paulo: Paulinas 2002.
- JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica Misericordia Dei**. 2ª ed. Paulinas, São Paulo, 2002.
- JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Dives Misericórdia Dei**. 3ª ed. Paulinas, São Paulo, 1981.
- JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica pós-sinodal “Reconciliatio et Paenitentia”**. 3ª ed. Paulinas, São Paulo, 2000.
- JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica Pós-sinodal “Reconciliatio et Paenitentia”**, São Paulo: Paulinas 1984.
- KASPER, Walter. **A misericórdia: condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã**. São Paulo, 2015.
- KAYAMA, Shinji. “Paz”. In: LACOSTE, Jean-Yves (Dir.). **Dicionário crítico de teologia**. Trad. Paulo Meneses; et. al. São Paulo: Paulinas; Loyola, 2004.
- LACOSTE, Jean-Yves (dir) **Dicionário Crítico de Teologia**. Tradução: Paulo. Meneses. São Paulo: Paulinas e Loyola, 2004. 1967.
- LIBANIO, João Batista. **Pecado e culpa**. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis, 1974.
- MENINGER, W. **O processo do perdão**. ed. Aparecida: Santuário, 2006.
- MIRANDA, Mário de França. **Sacramento da penitência: o perdão de Deus na comunidade eclesial**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1978.
- MOSER, **O pecado**, ed. Vozes, 1996.

- MULLER, Gerhard, L. **Dogmatica Católica: teoria e prática da teologia**, Vozes, 2018.
- ORTEMANN, C. **A força dos que sofrem**. São Paulo: Paulinas, 2005.
- P. TRIPPER, **A Reconciliação, Sacramento dos que vivem a esperança**, ed. Paulinas, 1976.
- PALUDO, F. **Sacramento da Penitência. Deus ama e perdoa**. São Paulo: Paulus, 1999.
- PARISSE, L. **Reconciliai-vos com Deus**, Vozes, 1965.
- RAMOS-REGIDOR, J. **Teologia do Sacramento da Penitência**, São Paulo, ed. Paulus, 2006.
- RITUAL ROMANO, **Ritual da Penitência**, renovado por decreto do Concílio Vaticano II, promulgado por autoridade do Papa Paulo VI, tradução portuguesa para o Brasil da segunda edição típica, São Paulo: Paulus, 1999.
- ROUILLARD, P. **História da penitência: das origens aos nossos dias**. São Paulo, Paulus, 1999.
- RUBIN, Sergio – AMBROGETTI, Francesca, **El Jesuita**. Ed. Vergara. Buenos Aires, 2010.
- SACRAMENTARIO ROMANO, **Penitência**, tradução portuguesa para o Brasil da edição típica, São Paulo: Paulus, 2003.
- SADA, R & . MONROY, A. **Curso de Teologia dos Sacramentos**, 2 ed. Lisboa: Rei dos livros, 1991.
- SCHILLEBECKX, E. **Cristo sacramento dell'incontro com Dio**, Roma, 1966.
- SCHNEIDER, THEODOR, **Manual de Dogmática**, vol. III, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SECONDIN, B. **Espiritualidade em diálogo. Novos cenários da experiência espiritual**. São Paulo: Paulinas, 2002
- SESBOUE, SJ. **Os sinais da Salvação**, São Paulo: Loyola, 2005.
- SHELDRAKE, P. **Espiritualidade e teologia**. São Paulo: Paulinas, 2005.
- TERTULIANO, **O sacramento do batismo: teologia pastoral do batismo segundo Tertuliano**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- TOMAS DE AQUINO, **Suma de Teologia**, vol. IV, São Paulo: Loyola, 2005.
- TORNELII, Andrea. **O nome de Deus é misericórdia**. Ed. Planeta do Brasil, São Paulo, 2016
- TRESE, Leo J. **A fé explicada**. 4ª ed. São Paulo: Quadrante, 1987.
- VIDAL, Marciano. **Moral de opção fundamental e atitudes**. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1999.